

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, sediada a Rua Joaquim Costa, n.º 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, o contrato abaixo discriminado:

Contrato: 407/2014

Vigência do Contrato: de 21/11/2014 a 21/11/2016

Objeto do contrato: é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do Edital da Licitação nº 132/2014, dos Anexos e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

Quantitativo atual de empregados disponibilizados 1.322

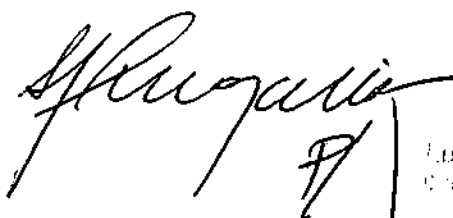
| | |
|------|---|
| 2 | Arquivista |
| 17 | Articulador de Rede |
| 69 | Ascensorista |
| 206 | Auxiliar de Arquivo |
| 7 | Auxiliar de Biblioteca |
| 5 | Auxiliar de Conservação de Museu |
| 19 | Auxiliar em Saúde Bucal |
| 6 | Auxiliar de Enfermagem |
| 21 | Digitador |
| 18 | Técnico de Suporte |
| 3 | Encarregado de Serviços |
| 208 | Mensageiro |
| 14 | Mensageiro - Reserva de Contingência |
| 319 | Assistente Administrativo |
| 15 | Assistente Administrativo - Reserva de Contingência |
| 34 | Assistente de Direção Superior |
| 1 | Assistente de Direção Superior - Esp. Estatístico |
| 10 | Assistente Especializado em Suporte e Gestão de Contratos |
| 45 | Assistente Executivo |
| 39 | Recepcionista |
| 155 | Secretário(a) |
| 5 | Secretário(a) - Reserva de Contingência |
| 23 | Supervisor Administrativo 200 H |
| 14 | Supervisor Administrativo 220 H |
| 65 | Telefonista |
| 2 | Telefonista - Reserva de Contingência |
| 1322 | TOTAL |

Valor do contrato: R\$ 54.543.114,01

Declaramos ainda que o serviço é prestado a contento.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Luíza Augusta de Souza
TJMG
CNPJ.: 21.154.554/0001-13
Telefone: 3249-8044



Luíza Augusta de Souza
Presidente do Departamento de Gestão
e Planejamento

Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda.
Rodrigo Breda Gualda
Administrador CRA/SC 5593

CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.863.664/0001-14

Certificamos que este Atestado/Declaração
refere-se ao Registro de Comprovação de
Aptidão para desempenho de atividades de
Administração - RCA nº 11.144, efetuado
em nome de Plano de Planejamento

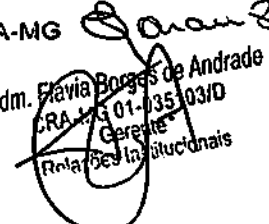
e Consultoria Ltda

Reg nº 2886 Selo nº 8863

BH, 22/02/16

FUNC CRA-MG Sarama

VISTO:


dm. Flavia Borges de Andrade
CRA-MG 01-0350310
Gerente
Relações Institucionais





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

549

TJ
MG

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.533.312/0001-58, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônoma, Florianópolis, SC, presta, de forma contínua, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, os serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio do contrato 407/2014, utilizando o efetivo de profissionais discriminados a seguir:

| CARGO | JORNADA MENSAL | QTDE |
|-----------------------------------|----------------|-------|
| Arquivista | 220 horas | 2 |
| Articulador de rede | 150 horas | 2 |
| Ascensorista | 150 horas | 75 |
| Ass. de Dir. Sup. Esp. Estático | 200 horas | 4 |
| Ass. Esp. Suporte Gestão Contrat. | 200 horas | 28 |
| Assistente administrativo | 200 horas | 331 |
| Assistente de Direção Superior | 200 horas | 44 |
| Assistente executivo | 200 horas | 55 |
| Aux. Arquivo | 220 horas | 218 |
| Auxiliar de biblioteca | 200 horas | 7 |
| Auxiliar de enfermagem | 150 horas | 8 |
| Auxiliar em saúde bucal | 150 horas | 19 |
| Digitador | 150 horas | 21 |
| Mensageiro | 200 horas | 227 |
| Recepcionista | 200 horas | 66 |
| Secretaria | 200 horas | 161 |
| Supervisor Adm. | 200 horas | 19 |
| Supervisor Adm. | 220 horas | 19 |
| Técnico de suporte | 200 horas | 18 |
| Telefonista | 150 horas | 67 |
| Auxiliar de conservação de museu | 220 horas | 5 |
| Encarregado de serviço | 220 horas | 2 |
| TOTAL DE PROFISSIONAIS | | 1.398 |

Declaramos ainda que a **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018

Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG
Tel. 31 3249.8011 – E-mail: gecomp@tjmg.jus.br

TJ 4050-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GECONT/CONTRAT
Ct. nº. 407/2014

Publicado no Diário Oficial Eletrônico
Em 28 / 11 / 2014

CONTRATO

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. LÍLIAN MACIEL SANTOS, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 3.025/2014, de 17 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, a seguir denominado **TRIBUNAL**, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, com sede em Florianópolis/SC, na Rua Joaquim Costa, nº. 270, Bairro Agrônômica, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, a seguir denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato decorrente do **Processo nº. 694/2014 – Licitação nº. 132/2014 – Pregão Eletrônico**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, Leis Estaduais nº. 13.994/01 e nº. 14.167/02, Decretos Estaduais nº. 44.786/08 e nº. 45.902/12, subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/93, pelas alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do **Edital da Licitação nº 132/2014**, dos **Anexos abaixo relacionados** deste Contrato e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, **partes integrantes e inseparáveis deste instrumento**.

1.1. A prestação dos serviços compreende, além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes necessários à execução do objeto contratual, conforme relação constante dos anexos deste Termo.

1.2. Constituem anexos deste Contrato:

- ANEXO I – QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA;
- ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;
- ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO V – PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES EPI'S E EPC'S;
- ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS;
- ANEXO VII – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO;
- ANEXO IX – MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO;
- ANEXO X – FORMULÁRIO RELATÓRIO DE VIAGEM – PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- ANEXO XI – FORMULÁRIO AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM;
- ANEXO XII – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO XIII – TERMO DE REFERÊNCIA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.3. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, prepostos e supervisores, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA, designadas para a execução dos serviços.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A execução dos serviços nas dependências das edificações do Poder Judiciário Estadual, localizadas nas diversas unidades do Tribunal, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, observará o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, previsto no art. 10, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a prestação dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1. A descrição dos serviços contratados e as condições para prestação dos serviços constam do item 7 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao **Edital da Licitação nº 132/2014**.

3.2. JORNADA DE TRABALHO

3.2.1. A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no item 8 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao **Edital da Licitação nº. 132/2014** e estimada conforme quadro seguinte:

| CATEGORIA | JORNADA |
|---|---------|
| Arquivista | 220h |
| Articulador de Rede | 150h |
| Ascensorista | 150h |
| Assistente Administrativo | 200h |
| Assistente de Direção Superior | 200h |
| Assistente de Direção Superior - Estatístico | 200h |
| Assistente Especializado em Suporte à Gestão de Contratos | 200h |
| Assistente Executivo | 200h |
| Auxiliar de Arquivo | 220h |
| Auxiliar de Biblioteca | 200h |
| Auxiliar de Enfermagem | 150h |
| Auxiliar em Saúde Bucal | 150h |
| Digitador | 150h |
| Encarregado de Serviços | 220h |
| Mensageiro | 200h |
| Recepcionista | 200h |
| Secretário(a) | 200h |
| Supervisor Administrativo 220h | 220h |
| Supervisor Administrativo 200h | 200h |
| Técnico de Suporte | 200h |
| Telefonista | 150h |

3.2.2. As jornadas constantes do subitem anterior cumpridas em 220 (duzentas e vinte) horas mensais, correspondentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão distribuídas em:

a.1.) 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos diários, de segunda a sexta-feira; ou,

a.2) 8 (oito) horas diária, de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.2.1. A carga horária diária constante das alíneas a.1 e a.2 do subitem anterior deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas.

3.2.3. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em **200 (duzentas) horas mensais**, correspondentes a 40(quarenta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.3.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com um intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas.

3.2.4. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em **150 (cento e cinquenta) horas mensais**, correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.4.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, em um só turno, manhã, tarde ou noite, com intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso.

3.2.5. Nas localidades onde não houver expediente aos sábados, e havendo compatibilidade com a jornada de trabalho estabelecida para o profissional, a carga horária prevista para os sábados deverá ser redistribuída de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista.

3.2.5.1. Na hipótese de redistribuição da carga horária referente aos sábados, a **CONTRATADA** deverá celebrar acordo formal de compensação com os seus profissionais.

3.2.5.2. Excepcionalmente, de acordo com as necessidades, poderá ocorrer à convocação dos empregados da **CONTRATADA** para atenderem demandas fora da jornada de trabalho, como sábados, domingos, feriados ou além da jornada diária com o devido regime de compensação e banco de horas dentro do mesmo mês, desde que não dilatada a jornada máxima mensal, ficando a **CONTRATADA** OBRIGADA a apresentar acordo individual escrito (desde que não haja norma coletiva em sentido contrário), acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação, sob pena de a **CONTRATADA** arcar com os custos decorrentes do descumprimento desta cláusula, sendo que tal medida não configurará alteração da cláusula econômico-financeira do contrato.

3.2.6. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pela **CONTRATADA**, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços, nos termos descritos no TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº.132/ 2014.

3.2.7. A **CONTRATADA** deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:

3.2.7.1. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCAIS do Contrato.

3.2.7.2. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.

3.2.7.3. Estabelecer, dentro dos parâmetros legais, os critérios de intervalos para refeição que deverão ser observados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.7.4. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

3.2.7.5. Assegurar o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG.

3.2.7.6. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste Contrato.

3.2.7.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela GESEG.

3.2.7.8. Adequar as jornadas de trabalho estipuladas, quando for detectado que elas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

3.3. QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS

3.3.1. O quantitativo de ocupações, separado por unidade, encontra-se descrito no **ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA**.

3.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3.4.1. Os serviços deverão ser executados por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no item 9 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014.

3.4.2. A **CONTRATADA** se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

3.4.3. O **TRIBUNAL**, a seu critério, poderá exigir da **CONTRATADA** a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.

3.5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.5.1. A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do **ANEXO III – Relação de Endereços para a Prestação dos Serviços** deste Contrato.

3.5.2. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do **TRIBUNAL** e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA: Observando o disposto no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos por servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da **Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG**, vinculada à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, ficando designados para a fiscalização contratual os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador da **Coordenação de Controle do Fornecimento de Serviços Gerais - COSERG** e da **Coordenação de Controle da Prestação de Serviços Gerais - COSEC**.

4.1. Durante o período de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá manter, diariamente, entre 08 (oito) e 19 (dezenove) horas, pelo menos um PREPOSTO, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.2. Na qualidade de representante administrativo da **CONTRATADA**, o **PREPOSTO/SUPERVISOR** terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do Contrato, devendo reportar-se unicamente ao **GESTOR** e/ou **FISCAIS** do Contrato.

4.1.3. Ao **PREPOSTO**, indicado pela **CONTRATADA**, caberá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela **CONTRATADA** e aceitos pelo **TRIBUNAL**;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do **TRIBUNAL**;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do **TRIBUNAL**, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no TERMO DE REFERENCIA anexo ao **Edital da Licitação nº. 132/2014** e neste Contrato, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao **TRIBUNAL**, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao **TRIBUNAL**, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do **TRIBUNAL**, ou que estejam sob a responsabilidade da **CONTRATADA**, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do **TRIBUNAL**, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a **CONTRATADA**;
- k) Encaminhar à **COSERG** e/ou à **COSEC** todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

4.2. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios constantes no **ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deverão ser visitados pelos **SUPERVISORES** indicados pela **CONTRATADA**, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este **TRIBUNAL**.

4.2.1. O **TRIBUNAL** poderá reportar-se diretamente aos **SUPERVISORES**, dando ciência ao **PREPOSTO**, para resolução de qualquer problema operacional relacionado ao Contrato.

4.3. Cabe à **CONTRATADA** encaminhar à **COSEC**, mensalmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em formato digital, cópia do relatório de acompanhamento da execução do Contrato, devidamente preenchido, conforme modelo sugerido pelo **TRIBUNAL**, no **ANEXO VI - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**, atestando as condições de prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

4.3.1. Os relatórios entregues, descritos no subitem anterior, deverão corresponder à avaliação dos serviços prestados no mês anterior.

4.4. A periodicidade mencionada poderá ser alterada pelos **FISCAIS** do Contrato, podendo ficar condicionada à solicitação do **TRIBUNAL**, quando então terá a **CONTRATADA** o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega dos relatórios referentes à prestação dos serviços do mês em que ocorreu a solicitação, contados a partir da data da notificação pela **COSEC**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.5. A **CONTRATADA** deverá encaminhar à **COSEC**, em formato digital, cópia do relatório mensal das substituições, inclusive de férias, dos profissionais alocados na contratação, atestando as condições das substituições dos profissionais, conforme modelo sugerido pelo **TRIBUNAL** no **ANEXO VII - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS**.

4.6. Os relatórios descritos nos subitens 4.3 e 4.5 deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Juiz Diretor do Foro, Gerentes, Coordenadores, ou também por representante indicado por esse, bem como pelo **PREPOSTO** ou **SUPERVISOR** da **CONTRATADA** e atestado por ambos.

4.7. O relatório de substituição, inclusive de férias, devidamente preenchido, deve ser encaminhado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a ocorrência da substituição.

4.8. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **TRIBUNAL** números telefônicos para localização imediata de seu **PREPOSTO** e **SUPERVISORES**, bem como fornecer e-mails, *pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato com os mesmos, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o **TRIBUNAL**.

4.8.1. A **CONTRATADA** deverá verificar diariamente o correio eletrônico indicado no ato da contratação, a fim de verificar eventuais comunicações efetuadas pelos **FISCAIS** ou **GESTOR** do Contrato.

4.9. O **TRIBUNAL** comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da **CONTRATADA**, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.10. Os **FISCAIS** indicados pelo **TRIBUNAL** deverão reportar-se, preferencialmente, ao **PREPOSTO** indicado pela **CONTRATADA**, a seus procuradores ou aos **SUPERVISORES**, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração e operacionalização da execução deste Contrato.

4.11. A administração e a fiscalização do **TRIBUNAL** não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

4.12. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução deste Contrato não implicará corresponsabilidade do **TRIBUNAL**.

4.13. Não obstante a **CONTRATADA** seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou pelo **GESTOR** ou pelos **FISCAIS** designados.

4.13.1. Os **FISCAIS** acompanharão continuamente os serviços para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações das partes:

5.1. DO TRIBUNAL:

5.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

5.1.2. Fiscalizar e supervisionar a execução dos serviços, em observância às exigências do presente instrumento, efetuando registros de falhas e sugestões corretivas.

5.1.3. Expedir ao **PREPOSTO** da **CONTRATADA** autorização escrita para início da execução dos serviços.

5.1.4. Transmitir ao **PREPOSTO** e **SUPERVISORES** da **CONTRATADA**, por meio da **COSERG** e/ou **CÓSEC**, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

5.1.5. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da **CONTRATADA** às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

5.1.6. Manter representante do **TRIBUNAL** portador das chaves, que deverá acompanhar durante todo o tempo a execução dos serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da **CONTRATADA** em salas de trabalho vazias ou em outras repartições.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.1.7 Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.
- 5.1.8. Comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS por parte da **CONTRATADA**.
- 5.1.9. Comunicar à **CONTRATADA**, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.
- 5.1.10. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.
- 5.1.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- 5.1.12. Prestar informações e esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.
- 5.1.13. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.
- 5.2. DA CONTRATADA, além daquelas descritas no Edital da Licitação nº 132/2014 e seus Anexos:**
- 5.2.1. Implantar, a partir da data prevista na "Autorização de Início da Prestação de Serviços", a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela **GESEG** e pela **COSEC**.
- 5.2.2. Executar o contrato sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.
- 5.2.3. Manter na Capital ou Região Metropolitana de Belo Horizonte estrutura administrativa e operacional que garanta a ininterrupta execução dos serviços e o pleno cumprimento de suas obrigações, resguardando o **TRIBUNAL** de problemas advindos da dificuldade de contato com a **CONTRATADA**, bem como dispêndio de recursos com ligações interurbanas e correspondências, quando da necessidade de regularização de pendências porventura existentes.
- 5.2.4. Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento da obrigação prevista no subitem anterior.
- 5.2.5. Fiscalizar, através de seu **PREPOSTO/SUPERVISOR**, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **TRIBUNAL**, não devem ser interrompidos.
- 5.2.5.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **TRIBUNAL** não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade por seus atos falhos.
- 5.2.6. Orientar seus profissionais para que incluam, na rotina de serviço, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após às 18h30min.
- 5.2.7. Instruir seus empregados através de cursos ou palestras quanto à prevenção de incêndios e acidentes do trabalho, bem como orientá-los quanto à redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, nas dependências do **TRIBUNAL**, realizando, periodicamente, programas de treinamento e aperfeiçoamento, observadas as normas ambientais vigentes.
- 5.2.8. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo **TRIBUNAL**, observadas as disposições e as condições mínimas estabelecidas no presente termo de referência.
- 5.2.9. Remanejar seus profissionais mediante autorização por escrito da **GESEG**, conforme o caso.
- 5.2.10. Assumir as responsabilidades e providenciar as medidas necessárias ao atendimento daqueles empregados acidentados ou vítimas de mal súbito durante o horário de trabalho, devendo providenciar a sua substituição.
- 5.2.11. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 5.2.12. Manter atualizadas as carteiras dos seus empregados.
- 5.2.12.1. Os **FISCAIS** do contrato poderão examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho.

5.2.13. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao **TRIBUNAL**, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

5.2.14. Providenciar, no início da prestação de serviços e sempre que necessário, a realização de perícia, a ser procedida por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, atestando o grau de insalubridade/periculosidade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.

5.2.15. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do **TRIBUNAL**, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do **TRIBUNAL**;
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

5.2.16. Garantir que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observando as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados e devidamente identificados, através de crachás.

5.2.16.1. Os crachás, cujo fornecimento e recolhimento são de responsabilidade da **CONTRATADA**, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços, devendo ser obrigatoriamente recolhidos e destruídos pela **CONTRATADA**, quando do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

5.2.16.2. A entrega do crachá far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a **CONTRATADA**, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC, em arquivo digital.

5.2.16.3. Os uniformes e complementos adequados deverão ser fornecidos, sem ônus para os profissionais alocados, conforme especificações, periodicidade e quantidades indicadas no item 10 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao **Edital da Licitação nº 132/2014**.

5.2.17. Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente ao **TRIBUNAL** os nomes dos funcionários em férias.

5.2.18. Encaminhar à COSEC, até o nono mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com período de usufruto das férias regulamentares de todos profissionais alocados.

5.2.18.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais, com análise prévia da COSEC.

5.2.18.2. A **CONTRATADA**, mediante solicitação da COSEC, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

5.2.18.3. No período de férias a **CONTRATADA** deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro.

5.2.18.4. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo **TRIBUNAL**.

5.2.18.5. A COSEC poderá dispensar a reposição do substituto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2.18.5.1. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **COSEC**, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos.

5.2.19. Providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento.

5.2.19.1. Em todos os casos de substituição, a **CONTRATADA** deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

5.2.20. Substituir, mediante da formalização da **GESEG**, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

5.2.20.1. No cumprimento desse encargo, a **CONTRATADA** deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar ou não estiver atendendo ao serviço contratado será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do **TRIBUNAL**.

5.2.21. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

5.2.22. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, a emissão do cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

5.2.23. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, para verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

5.2.24. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

5.2.25. Excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o **TRIBUNAL** colocar à sua disposição e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, dentre outros).

5.2.26. Calcular as despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, no percentual do **GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS** e detalhadas para devidos fins.

5.2.27. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do **TRIBUNAL**.

5.2.27.1. O domicílio bancário dos empregados deverá ser na cidade ou na Região Metropolitana na qual serão prestados os serviços.

5.2.28. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio-funeral e auxílio-familiar para seus profissionais.

5.2.29. Encaminhar, sem ônus adicional para o Tribunal, ao local de trabalho, quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vales-transporte, vales-lanche, contracheques, bem como o conjunto de uniformes, quando for o caso.

5.2.30. Encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, a folha de ponto dos funcionários.

5.2.31. Fornecer ou disponibilizar o contracheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.2.32. Fornecer à **COSERG**, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao **TRIBUNAL**, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

a) nome completo;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) CPF, RG e PIS;
- e) data de admissão pela **CONTRATADA**;
- f) data de início da prestação de serviços no **TRIBUNAL**;
- g) ocupação;
- h) horário de trabalho;
- i) local da prestação dos serviços.

5.2.33. Fornecer à **GESEG**, obrigatoriamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, relação contendo entidades sindicais a que pertencem os funcionários alocados para a execução do objeto contratual, bem como as informações referentes às Convenções Coletivas e dissídios salariais.

5.2.34. Encaminhar, mensalmente, à **GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD**, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo **TRIBUNAL**.

5.2.35. Enviar, mensalmente, à **COSERG**:

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato, com os seguintes documentos integrantes:

I) Protocolo da Conectividade Social;

II) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF do mês de competência da prestação de serviços e respectivo comprovante bancário de recolhimento;

III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços – RET (específico para o Tomador);

IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);

V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);

VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;

VII) Comprovante de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer;

VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao **TRIBUNAL**;

IX) Guia da Previdência Social – GPS (específica para o Tomador).

5.2.36. Fornecer quaisquer documentos solicitados pelo **TRIBUNAL**, para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam ou prestaram serviços em razão deste instrumento, no prazo estabelecido pelo **TRIBUNAL**.

5.2.37. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.38. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço, aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do **TRIBUNAL** membros da CIPA, quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.

5.2.39. Responder, na qualidade de empregadora exclusiva, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;

b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do **TRIBUNAL**;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao **TRIBUNAL** por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:

I - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

II - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,

III - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.

- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do **TRIBUNAL**;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do **TRIBUNAL**, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao **TRIBUNAL**, ao seu patrimônio, à **CONTRATADA** ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO e SUPERVISORES, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:

I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiro;

II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pelo TRIBUNAL, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;

III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços; e,

IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

5.2.40. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, no início da prestação dos serviços e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados à **CONTRATADA** e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) Comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) Documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978, nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da **CONTRATADA**, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comprovante de quitação do prêmio e cópia da apólice do seguro de vida em grupo dos profissionais alocados na prestação de serviços;
- j) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

5.2.41. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópias das páginas com anotações, amostras por cargo;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- f) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela **CONTRATADA**, ou pelo profissional alocado;
- g) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

5.2.42. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. e pela legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

5.2.43. Utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

5.2.43.1. O **TRIBUNAL** não se vinculará às disposições contidas nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.2.44. Adequar o valor salarial estimado pelo **TRIBUNAL**, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional fixado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, observando a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações **CONTRATADA**.

5.2.45. Fornecer e exigir dos empregados, sem repasse de qualquer ônus aos profissionais, o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's, exigidos pelas normas regulamentares, quando for o caso, responsabilizando-se pela orientação correta da utilização dos equipamentos.

5.2.45.1. O quantitativo de equipamentos a serem utilizados será determinado pela **CONTRATADA**, com base no número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil do equipamento envolvido.

5.2.45.2. Os equipamentos deverão ser substituídos, sem ônus para o **TRIBUNAL**, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou extravio, ficando a **CONTRATADA** responsável pela guarda dos mesmos.

5.2.46. A **CONTRATADA**, caso seja optante pelo Simples Nacional, deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, apresentar ao Gestor do contrato, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.1. Caso não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o **TRIBUNAL**, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.2. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

5.2.47. Caberá à **CONTRATADA** conceder adiantamento financeiro aos profissionais envolvidos na contratação, para fazer face às despesas em viagem, no período que estiver consignado no formulário “Autorização de Viagem”.

5.2.47.1. As despesas em viagem correspondem àquelas despendidas com alimentação e hospedagem pelos profissionais que, em razão do serviço, necessitam se deslocar de sua sede, no valor máximo de R\$140,00 (cento e quarenta reais), por dia.

5.2.47.2. As despesas referidas deverão ser aprovadas em respectiva prestação de contas.

5.2.47.3. O reembolso das despesas em viagem observará os seguintes critérios:

a) Para os efeitos deste reembolso considera-se sede o local onde o empregado está lotado para o exercício habitual de suas atividades;

b) Somente caberá reembolso de despesa de viagem quando exigir pernoite.

5.2.47.4. Despesas, tais como, telefonemas, bebidas alcoólicas e cigarros não serão reembolsáveis à **CONTRATADA**.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEXTA: O custo total da contratação está estimado em R\$ 47.279.880,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais), divididos em parcelas mensais de R\$ 3.939.990,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa reais), correndo à conta da Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Para fins de conferência do **TRIBUNAL**, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **COSERG** o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste Contrato, observando os procedimentos abaixo.

7.1. A apresentação da folha analítica e sintética (impressa e eletrônica) deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço realizada.

7.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

7.3. FATURA MENSAL:

7.3.1. Valor: corresponderá ao previsto no **SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS** (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como faltas, admissões, demissões, férias, dentre outros), acrescido:

a) dos valores referentes ao **GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** [(**SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS**) X **GRUPO B**];

b) do valor (fixo) referentes ao **GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI**; 



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) do valor (fixo) referente ao **GRUPO D – INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA**;
- d) dos valores referentes ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** [(SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO G].
- e) Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.3.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT ou CSV), dos profissionais alocados no mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, ocupação e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;
- e) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- f) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo **TRIBUNAL**.

7.4. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:

7.4.1. **Valor:** Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas realizadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.4.2. Documentos Necessários:

- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

7.5. ADICIONAL INSALUBRIDADE:

7.5.1. **Valor:** corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o salário mínimo. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Adicional Insalubridade x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

7.5.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.



7.6. ADICIONAL PERICULOSIDADE:

7.6.1. Valor: corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o vencimento da ocupação considera periculosa. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Adicional Periculosidade x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

7.6.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.

7.7. ADICIONAL NOTURNO:

7.7.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** (Adicional Noturno x Grupo F – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.7.1. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT OU CSV)), dos profissionais que realizaram serviço noturno, alocados nesta contratação, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário.

7.8. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:

7.8.1. Valor: corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitado o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.8.2. Documentos Necessários:

- a) Formulários “Autorização de Viagem” e “Relatório de Viagem/Prestação de Contas”, devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

7.9. INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS BÁSICOS (GRUPO B.1) SOBRE FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

7.9.1. Valor: corresponderá ao percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, sobre o valor liberado da Conta Vinculada mais os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.9.1.1. O disposto acima não se aplica às Férias de caráter indenizatório.

7.9.1. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “Férias e Abono Constitucional”;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Recibo de Férias.

7.10. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS) :

7.10.1. Valor: corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS)), efetuados durante a vigência do Contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do Contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.10.2. Documentos Necessários:

- a) Extrato do FGTS para fins rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada de originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI), devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;
- e) Documento comprovando a concessão de aviso prévio pela **CONTRATADA**, ou pelo empregado alocado;
- f) Atestado de saúde ocupacional – ASO.

7.11. VERBAS RESCISÓRIAS:

7.11.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.11.1. Documentos Necessários:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada dos originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas.

7.12. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:

7.12.1. 13º SALÁRIO:

7.12.1.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento dos empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela paga em julho proporcional ao período trabalhado até o mês de junho e a segunda parcela em dezembro.

7.12.1.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “13º Salário”;
- b) Comprovante de Pagamento.

7.12.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL

7.12.2.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento.

7.12.2.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “Férias e Abono Constitucional”;
- b) Comprovante de Pagamento.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a **CONTRATADA** de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

8.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA** obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo esta ainda ser acompanhada dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Municipais, Estaduais, Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e a CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (válidas e regulares).

8.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto contratado;
- b) Indicação do número do Contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.

8.3. O **TRIBUNAL** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste Contrato.

8.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos **FISCAIS** da contratação.

8.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo **TRIBUNAL**, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

8.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

8.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo **TRIBUNAL** serão calculados “*pro rata die*”, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

8.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade das Certidões indicadas no **subitem 8.2** deste Contrato, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no **Edital da Licitação nº 132/2014**.

8.9 Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a **CONTRATADA** deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou G**.

8.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

8.10. Do montante a pagar à **CONTRATADA**, poderá o **TRIBUNAL** deduzir:

- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais da **CONTRATADA**; e,
- b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, em conformidade com este Contrato.

8.11. O **TRIBUNAL** identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

8.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo **TRIBUNAL**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus profissionais ou fornecedores.

8.13. Caso a **CONTRATADA** não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao **TRIBUNAL** no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.14. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

8.15. O **TRIBUNAL** poderá sustar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) A liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) A existência de débitos para com o **TRIBUNAL**, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) A existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao **TRIBUNAL**;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste Contrato, que possa ensejar a **responsabilização** solidária ou subsidiária do **TRIBUNAL**;
- e) A não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;

8.16. As ocorrências em espécie não constituem o **TRIBUNAL** em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o **TRIBUNAL** ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, para cobrir as pendências apuradas.

8.17. O pagamento efetuado pelo **TRIBUNAL** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

8.18. O **TRIBUNAL** poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a **CONTRATADA** sobre as razões que ensejaram o desconto.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo **TRIBUNAL**, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da **CONTRATADA**, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

8.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da **CONTRATADA**.

8.20. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **TRIBUNAL**, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

8.21. Na hipótese do **TRIBUNAL** arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da **CONTRATADA**, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.22. Caso a **CONTRATADA** não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o **TRIBUNAL** reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vencidos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

DA CONTA VINCULADA

CLÁUSULA NONA: Será observado o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à **CONTRATADA**, em atendimento a Resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013.

9.1. O montante mensal a ser contingenciado será obtido mediante a aplicação dos percentuais constantes no **ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** referentes aos provisionamentos das seguintes rubricas:

- a) 13º salário
- b) Incidência dos encargos sociais básicos sobre 13º salário;
- c) Férias e Abono Constitucional.

9.2. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal à **CONTRATADA** e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da **CONTRATADA** em banco público oficial.

9.3. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado, desde que de maior rentabilidade.

9.4. A **CONTRATADA**, no prazo de vinte dias, contado a partir da data da assinatura do Contrato, deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo **TRIBUNAL**, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º da Resolução CNJ nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº. 183/2013.

9.5. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

9.6. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à **CONTRATADA** e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

9.7. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a **CONTRATADA** deverá expedir solicitação formal à **COSERG**.

9.8. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a **CONTRATADA**, após pagamento da rubrica aprovisionada, deverá apresentar à **COSERG** os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado alocado no Contrato as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.

9.9. A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo do 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo em que o empregado estiver alocado na execução do Contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

9.10. O responsável pela fiscalização do Contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta depósito vinculada, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução CNJ nº 169/2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº 183/2013.

9.11. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a **CONTRATADA** solicitará o resgate do valor ao **TRIBUNAL**, observando os procedimentos descritos acima, devendo apresentar ao **TRIBUNAL**, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

conta depósito do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

9.12. A **CONTRATADA** poderá solicitar autorização do **TRIBUNAL** para movimentar os recursos da **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA** – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no **subitem 9.1** desta Cláusula.

9.12.1. Na situação descrita acima, o **TRIBUNAL** solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

9.13. No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última **CONTRATADA** e a **LICITANTE VENCEDORA** forem a mesma empresa, ocorrendo aproveitamento total ou parcial da mão-de-obra pela **LICITANTE VENCEDORA**.

9.14. No encerramento do contrato, eventuais saldos referentes às obrigações trabalhistas da **CONTRATADA** não revertidos em favor de seus empregados, os mesmos deverão ser mantidos na **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA** até a comprovação do efetivo pagamento desses empregados.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

a) O valor referente à remuneração prevista dos profissionais alocados na prestação de serviço será reajustado quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, ou, ainda, por autorização do **TRIBUNAL**, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório. Estarão assegurados os reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT / 2013.

b) O valor dos benefícios vale lanche e despesas decorrentes de convenção coletiva (tais como: PAT, PAF, PQM, Seguro de Vida, Contribuição Assistencial Patronal etc) serão reajustados de acordo com a variação ocorrida quando da alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(as) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.

b.1) Os valores das rubricas acima mencionadas sofrerão alterações decorrentes de acréscimos ou decréscimos de serviços.

c) O valor (fixo) do vale-transporte será majorado no mesmo percentual do reajuste concedido quando da alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes.

c.1) O valor da rubrica acima mencionada sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

d) Os valores relativos aos uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

d.1) O valor da rubrica uniforme sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

e) Os valores relativos ao LDI - Lucro e Despesas Indiretas, somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

e.1) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da **CONTRATADA**, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação, sob pena de reconhecimento da preclusão lógica do direito ao reajuste.

10.2. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do Contrato, tornarem-se obrigatórios, por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, ou quando este TRIBUNAL assim autorizar.

10.3. A **CONTRATADA** deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de **12 (doze) meses, contados a partir de 21.11.2014**, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.1. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

11.2. Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A **CONTRATADA** deverá entregar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária, situada à Rua Guajajaras nº. 40, 17º andar em Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Início dos Serviços, comprovante de garantia na modalidade SEGURO GARANTIA no valor de R\$ 2.363.994,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

12.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

12.1.1. A vigência ofertada deverá ser de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo 12 (doze) meses relativos ao prazo de execução dos serviços, acrescido a esse período de execução de 03 (três) meses, ou seja, 90 (noventa) dias referentes à extensão do prazo de garantia contratual, para fins de verificação da conformidade de execução e cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, podendo este prazo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. A prorrogação da vigência do Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do Contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a) O valor corresponderá ao período aditado.

b) A nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à **CONTRATADA** prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.2.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o **TRIBUNAL** autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na **Cláusula Décima Sétima**.

12.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

12.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.5. Havendo garantia, após a execução deste Contrato, competirá à **CONTRATADA** formular ao **TRIBUNAL**, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

12.5.1. A devolução da garantia não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

12.6. O **TRIBUNAL**, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a **CONTRATADA** comunicar ao **TRIBUNAL** previa e justificadamente essa intenção;
- b) os **GESTORES** do Contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.6.1. A nova garantia prestada deverá preencher os requisitos do ato convocatório e deste Contrato.

12.6.2. No caso de Fiança e Seguro-Garantia deverá existir expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto deste Contrato, observados os limites dispostos no citado artigo.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como:

14.1. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do **TRIBUNAL**, salvo nos casos previstos em lei.

14.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do **TRIBUNAL**, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

14.3. Contratar empregado que possua parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos magistrados ou de servidores em exercício de cargos de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais da Justiça de Primeira Instância, nos termos da Resolução CNJ nº 7, de 18 de outubro de 2005 e alterações posteriores;

14.4. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste **TRIBUNAL**;

14.5. Ter entre seus empregados colocados a disposição do **TRIBUNAL**, para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

14.6. Designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de impropriedade administrativa;

II – crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

14.6.1. A vedação descrita no subitem 14.6. abrange aqueles que tenham:

I – praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da **CONTRATADA**, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

15.1. Em caso de cisão, o **TRIBUNAL** poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

15.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao **TRIBUNAL**, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

15.2. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da **CONTRATADA**, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

- a) Por ato unilateral e escrito do **TRIBUNAL**, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o **TRIBUNAL**.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela **CONTRATADA** durante a prestação dos serviços.

16.1. No caso de rescisão unilateral, o **TRIBUNAL** não indenizará a **CONTRATADA**, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, execução insatisfatória do serviço, mora de execução, omissão e outras falhas, o **TRIBUNAL** poderá aplicar à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis;

b) Multas, conforme abaixo:

b.1) até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

| ITEM | OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO) |
|--------|---|
| b.1.1 | Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, aplicada por profissional e por ocorrência. |
| b.1.2 | Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.3 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.4 | Retirar das dependências do TRIBUNAL quaisquer equipamentos ou materiais previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.5 | Deixar de registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, aplicada por empregado e por dia. |
| b.1.6 | Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições, aplicada por empregado e por dia. |
| b.1.7 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada, aplicada por item e por dia. |
| b.1.8 | Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo TRIBUNAL, aplicada por empregado e por dia. |
| b.1.9 | Deixar de cumprir determinação do TRIBUNAL para controle de acesso de seus funcionários, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.10 | Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.11 | Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local diverso da prestação dos serviços, aplicada por empregado e por dia. |
| b.1.12 | Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.13 | Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais e relatórios solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.1.14 | Deixar de viabilizar a emissão de cartão cidadão expedido pela CEF e o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil para todos os empregados, aplicada por dia e por empregado. |

b.2) até 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

| ITEM | OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO) |
|-------|---|
| b.2.1 | Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material, aplicada por dia e por ocorrência. |
| b.2.2 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, aplicada por ocorrência. |
| b.2.3 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, aplicada por dia e por ocorrência.. |
| b.2.4 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, aplicada por dia e por ocorrência.. |



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| | |
|-------|---|
| b.2.5 | Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, aplicada por empregado e por ocorrência. |
| b.2.6 | Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, aplicada por documento e por dia. |
| b.2.7 | Deixar de entregar, entregar com atraso ou entregar fora das especificações qualquer insumo, material e equipamento, aplicada por item e por dia. |

b.3) até 5% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

| ITEM | OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO) |
|-------|--|
| b.3.1 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por ocorrência. |
| b.3.2 | Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato, por dia e por ocorrência. |
| b.3.3 | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, por dia e por ocorrência. |
| b.3.4 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por pessoa e por ocorrência. |
| b.3.5 | Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-lanche, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por empregado. |
| b.3.6 | Deixar de fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual – EPI's e equipamentos de proteção coletiva – EPC's necessários à prestação de serviço a ser desempenhado, por equipamento e por empregado. |

b.4) até 10% (dez) por cento sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia, retardar a execução do Contrato, não cumprir ou cumprir parcialmente as obrigações decorrentes de Contrato celebrado ou incidir na prática dos itens I a XII do art. 78 da Lei 8.666/93, com possível rescisão contratual.

b.5) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em casos de fornecimento ou serviço não realizado, com atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

b.6) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo acarretar a rescisão unilateral da avença e demais cominações legais decorrentes da inexecução do ajuste.

c) Impedimento de contratar e licitar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nos seguintes casos:

- c.1) apresentação de documentação falsa;
- c.2) retardamento da execução do objeto;
- c.3) falha na execução do contrato;
- c.4) fraude na execução do contrato;
- c.5) comportamento inidôneo;
- c.6) declaração falsa; e
- c.7) fraude fiscal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas;

17.1. O retardamento da execução do objeto contratado estará configurado quando a **CONTRATADA**:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de início de execução dos serviços;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

17.2. A falha na execução do Contrato estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas nas tabelas dos subitens b.1 – b.2 e b.3 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações, conforme tabela abaixo e alcançado o total de 20 (vinte) pontos cumulativamente:

| Itens | Grau de infração | Pontos |
|----------------|------------------|--------|
| b.1.1 a b.1.14 | 1 | 1 |
| b.2.1 a b.2.7 | 2 | 3 |
| b.3.1 a b.3.6 | 3 | 5 |

17.3. O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

17.4. Todas as ocorrências serão registradas em arquivos do **TRIBUNAL** e serão notificadas à **CONTRATADA**, por meio de ofício ou e-mail, com vistas as soluções das falhas apontadas, momento em que serão concedidos 03 (três) dias correção ou para a apresentação das devidas justificativas.

17.4.1. Cada falha apontada será considerada uma ocorrência por dia.

17.4.2. As falhas não corrigidas e nem justificadas dentro do prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO do **TRIBUNAL** ensejará a aplicação das multas, mediante a abertura do devido processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, observada a graduação estabelecida no subitem 17.2.

17.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente entre si e com as demais sanções previstas neste contrato, observado o devido processo legal.

17.5.1. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da comunicação oficial.

17.5.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

17.5.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa e os valores do pagamento forem insuficientes para sua complementação, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do **TRIBUNAL**, a partir do qual se observará o disposto na cláusula de garantia prevista em Contrato.

17.6. As multas aplicadas em razão de falha na execução do Contrato, previstas no subitem 17.2 desta cláusula, não excederão a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, sob pena de possível rescisão do mesmo.

17.7. *Ad cautelam*, o **TRIBUNAL** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular processo administrativo.

17.8. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito.

Belo Horizonte, 21 NOV 2014

PELO TRIBUNAL:


LÍLIAN MACIEL SANTOS
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:


RAFAEL BEDA GUALDA
Procurador

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 6º

TERMO ADITIVO Nº 46º - CT. 407/2014

GECONT/CONTRAT

46º TERMO ADITIVO

ao contrato nº. 407/2014 (9049902), firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 4.158/PR/2018, de 02 de julho de 2018, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, acordam em alterar as Cláusulas Sexta, Oitava, Décima e Décima Primeira, bem como os Anexos IV e V do Contrato firmado em 21.11.2014, que tem como objeto a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, permanecendo inalteradas as demais disposições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Décima Primeira do Contrato, fica prorrogado para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Alteram-se, a partir de 13.09.2018, a Cláusula Sexta, bem como o Anexo IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) do Contrato, para refletir a substituição da CCT SINDEAC pelo Acordo Coletivo SINDEES, registrado no Ministério do Trabalho sob o nº. MG003348/2018, para as ocupações de Auxiliar de Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal.

CLÁUSULA TERCEIRA: Alteram-se, a partir de 21.11.2018, a Cláusula Sexta, bem como os Anexos IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) e V (Planilha Estimativa de Uniformes EPI'S e EPC's) do Contrato, para refletir a aplicação de reajuste aos valores de Uniformes/LDI, decorrente da variação do IPCA-IBGE, relativo ao período compreendido entre outubro/2017 a setembro/2018, no percentual de 4,52556%.

CLÁUSULA QUARTA: Alteram-se as Cláusulas Oitava e Décima do Contrato, que passam a vigorar conforme as disposições abaixo:

4.1. Altera-se a Cláusula Oitava do Contrato, para incluir o subitem 8.23, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. a 8.22. (...)

8.23. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 5.2.37 do Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.

4.2. Altera-se a alínea e.1 para f da Cláusula Décima do Contrato, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO**a a e (...)**

f) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da vigência do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.

10.1. a 10.3. (...)."

CLÁUSULA QUINTA: As despesas com a execução deste Termo Aditivo estão estimadas em **R\$ 74.918.119,74** (setenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, cento e dezenove reais e setenta e quatro centavos), distribuídas da seguinte forma:

a) Redução de R\$ 3.404,22 (três mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), referentes à inclusão do Acordo Coletivo SINDEES em substituição à CCT SINDEAC, para o período de **13.09.2018 a 20.11.2018**.

b) R\$ 74.921.523,96 (setenta e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos), referentes à prorrogação do prazo de vigência, já incluído o reajustamento de Uniformes/LDI, para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

5.1. As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária nº. **4031.02.061.706.2050.3.3.90.37.02** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

5.2. Os valores acima estão representados nas **planilhas anexas** ao presente Termo, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:

RAFAEL BEDA GUALDA
Procurador

GESTOR: GESEG - CC



Documento assinado eletronicamente por **Rosimere das Graças do Couto, Juiz Auxiliar da Presidência**, em 23/10/2018, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL BEDA GUALDA**, **Usuário Externo**, em 23/10/2018, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1284778** e o código CRC **6846C71D**.



| | |
|------------------------------|---|
| Número do contrato: | 9049902 |
| Unidade gestora do contrato: | 1031019 |
| Tipo do contrato: | Serviço |
| Situação do contrato: | Vencido |
| Objeto do contrato: | CT TJMG 407/2014 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO TJMG / CT SIMG 3346 |
| Processo de compra: | 1031019 000274/2015 |
| Arquivo do contrato: | Visualizar arquivo |

+ Termo aditivo nº 1

+ Termo aditivo nº 2

+ Termo aditivo nº 3

+ Termo aditivo nº 4

+ Termo aditivo nº 5

+ Termo aditivo nº 6

+ Termo aditivo nº 7

+ Termo aditivo nº 8

+ Termo aditivo nº 9

+ Termo aditivo nº 10

+ Termo aditivo nº 11

+ Termo aditivo nº 12

+ Termo aditivo nº 13

+ Termo aditivo nº 14

+ Termo aditivo nº 15

+ Termo aditivo nº 16

+ Termo aditivo nº 17

⊕ Termo aditivo nº 19

⊕ Termo aditivo nº 20

⊕ Termo aditivo nº 21

⊕ Termo aditivo nº 22

⊕ Termo aditivo nº 23

⊕ Termo aditivo nº 24

⊕ Termo aditivo nº 25

⊕ Termo aditivo nº 26

⊕ Termo aditivo nº 27

⊕ Termo aditivo nº 28

⊕ Termo aditivo nº 29

⊕ Termo aditivo nº 30

⊕ Termo aditivo nº 31

⊕ Termo aditivo nº 32

⊕ Termo aditivo nº 33

⊕ Termo aditivo nº 34

⊕ Termo aditivo nº 35

⊕ Termo aditivo nº 36

⊕ Termo aditivo nº 37

⊕ Termo aditivo nº 38

⊕ Termo aditivo nº 39

⊕ Termo aditivo nº 40

⊕ Termo aditivo nº 41



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 27/03/2023

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

| | | |
|--------------|---|---|
| Razão Social | : | PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA |
|--------------|---|---|

| | | |
|-------------|---|--|
| Endereço | : | JOAQUIM COSTA, 270 |
| Cidade | : | FLORIANOPOLIS |
| Reg CRA-RJ: | : | 91-05160 Estado: SC CNPJ: 78.533.312/0001-58 |

| | | |
|---------------|---|---------------------|
| Resp. Técnico | : | RODRIGO BEDA GUALDA |
| Reg. CRA-RJ | : | 02-44585 |

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA

| | | |
|---------|---------------------|---------------------|
| RCA | Nº 20211000100110 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100110-1 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100110-2 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100110-3 | Data: 19/Abril/2021 |

Código de controle da certidão: 0.7656321227988958

Emitida em: 27/09/2022 às 09:04

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins e a pedido do interessado, que a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **78.533.312/0001-58**, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônômica, Florianópolis/SC, foi contratada por este Instituto, por intermédio do Processo de Compra/SEI n.º 0052600.104072/2017-16, relacionado a Nota de Empenho **2018NE800585** (0230419), tendo efetivamente prestado para o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, inscrito no CNPJ 00.662.270/0003-20, localizado na Rua Santa Alexandrina, nº 416, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; na Avenida Nossa Senhora das Graças, nº 50, Xerém, Duque de Caxias, RJ; na Avenida Presidente Vargas, nº 730, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, o serviço abaixo especificado, solicitado pela Divisão de Apoio Operacional (Diope), da Coordenação Geral de Infraestrutura (Coinf), da Diretoria de Administração e Finanças (Diraf), no período de 17 de dezembro de 2018 a 17 de dezembro de 2019, com Termo Aditivo (0560311) de prorrogação da vigência do Contrato nº 26/2018 por 12 (doze) meses a partir de 17 de dezembro de 2019:

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de apoio administrativo, que serão executados nas dependências do Inmetro, nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a serem ocupados pelo Órgão, utilizando o efetivo de profissionais relacionados abaixo:

| ITEM | CATEGORIA | QUANTIDADE |
|-----------------|-----------------------------|------------|
| 1 | Auxiliar Administrativo IV | 20 |
| 2 | Auxiliar Administrativo VII | 125 |
| 3 | Assistente Executivo MA | 81 |
| 4 | Assistente Executivo MB | 60 |
| 5 | Assistente Executivo MC | 14 |
| Total de Postos | | 300 |

Vigência: 17/12/2018 à 16/12/2020.

Valor anual do contrato vigente: R\$28.981.982,39 (vinte e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos).

Ressalto que os serviços foram fornecidos em consonância com os compromissos assumidos perante esta Autarquia.

Não constam em nossos registros quaisquer fatos, até a presente data, que possam desabonar a empresa.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO
ART. 6º, § 1º, DO DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 EM
16/06/2020, ÀS 11:44, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

JOAO GILBERTO DE BRITO FILHO

Fiscal de Contrato - Administrativo



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO
ART. 6º, § 1º, DO DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 EM
16/06/2020, ÀS 11:49, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

RODNEI FAGUNDES DIAS

Gestor de Contrato



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO
ART. 6º, § 1º, DO DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 EM
16/06/2020, ÀS 13:46, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

JAKSON PINTO BRAGA

Chefe da Divisão de Apoio Operacional

A autenticidade deste documento pode
ser conferida no site
<https://sei.inmetro.gov.br/autenticidade>,
informando o código verificador **0700656**
e o código CRC **5C4400FB**.





**TERMO DE CONTRATO Nº 26/2018, DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
FAZEM ENTRE SI O INMETRO E A
EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO
E CONSULTORIA EIRELI.**

O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, localizado na Rua Santa Alexandrina, 416, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, e na Avenida Nossa Senhora das Graças, 50, Vila Operária, Xerém, Duque de Caxias, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 00.662.270/0003-20, neste ato, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo seu Presidente, o Senhor CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO, inscrito no CPF nº 243.461.877-49, e de outro lado, a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, CNPJ nº 78.533.312/0001-58, estabelecida no endereço Rua Joaquim Costa, 270, Agronômica, Florianópolis, SC, CEP 88.025-400, neste ato representado pelo seu procurador, o Senhor Rafael Beda Gualda, Brasileiro, Advogado, cédula de identidade profissional nº 12019, expedida pela OAB/SC em 03/11/1997, CPF nº 932.194.409-59, que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI nº 52.600.104072/2017-16 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 16/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo a serem executados nas dependências do Inmetro, nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a serem ocupados pelo Órgão, que serão prestados nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| Item | Subitem | Categoria | Quantidade Estimada de Terceirizados |
|------|---------|-----------------------------|--------------------------------------|
| 1 | 1 | Auxiliar Administrativo IV | 35 |
| | 2 | Auxiliar Administrativo VII | 135 |
| | 3 | Assistente Executivo MA | 102 |
| | 4 | Assistente Executivo MB | 69 |
| | 5 | Assistente Executivo MC | 16 |





| | |
|-------|-----|
| Total | 357 |
|-------|-----|

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 2.864.728,98 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), perfazendo um valor total de R\$ 34.376.747,76 (trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 183023
- Fonte: 174
- Elemento de Despesa: 33.90.37.01





•PI: 9499RRC2018

•Nota de Empenho: 2018NE800585

•Valor da Nota de Empenho: R\$ 1.432.364,49 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;





6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.





6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.



6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.19. Além dos itens apontados sobre Repactuação previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 1.718.837,39 (um milhão, setecentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos), na modalidade de Seguro Garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea “j” do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.





10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO


15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.


16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Capital da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.


Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018.


CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO
Presidente do Inmetro


RAFAEL BEDA GUALDA
Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS:


Nome: Claudio Luis Nascimento
CPF: 535.836.115-72


Nome: Caroline Costa Pereira
CPF: 126.303.107-28

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 9/2018

Empresas vencedoras do Pregão Eletrônico Nº 09/2018, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais para manutenção predial: Grupo G1: Master Minas Comércio e Serviços Ltda, CNPJ 25.294.980/0001-03, item 1: R\$ 41,00; item 2: R\$ 45,00; item 3: R\$ 277,40; item 4: R\$ 277,40; item 5: R\$ 277,40; item 6: R\$ 250,00; item 7: R\$ 630,00; item 8: R\$ 115,96; item 9: R\$ 391,34; item 10: R\$ 350,00; item 11: R\$ 610,74; item 12: R\$ 9,74; item 13: R\$ 25,00; item 14: R\$ 39,00; item 15: R\$ 4,50; item 16: R\$ 0,51; item 17: R\$ 0,40; item 18: R\$ 0,40; item 19: R\$ 6,59; item 20: R\$ 10,00; Grupo G4: Adriana Patulski Materiais de Construção Firex, CNPJ 28.358.030/0001-93, item 50: R\$ 10,00; item 51: R\$ 274,99; item 52: R\$ 30,00; item 53: R\$ 1,87; item 54: R\$ 3,50; item 55: R\$ 4,59; item 56: R\$ 2,49; item 57: R\$ 8,76; item 58: R\$ 4,25; item 59: R\$ 6,00; item 60: R\$ 2,00; item 61: R\$ 68,21; item 146: GR Comercio Eireli, CNPJ 17.451.234/0001-58, R\$ 359,92; item 147: Madnorite Materiais de Construção Ltda, CNPJ 17.669.486/0001-58, R\$ 65,50; itens 148 e 149: Daniela Tefen, CNPJ 26.290.918/0001-06, R\$ 44,06 cada; item deserto: Grupo G3; Itens fracassados: Grupos G2, G3, G5, G6, G7, G9, G10, G11 e G12.

FERNANDA MIRANDA PEREIRA
Pregoeira

(SIOEC - 17/12/2018) 170010-00001-2018NE000001

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2018 - UASG 170159

Número do Contrato: 1/2016.

Processo: 1093000003201671.

DISPENSA Nº 3/2016. Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 34028316002076. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Vigência Contratual. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 16/03/2019 a 13/03/2020. Valor Total: R\$116.000,00. Fonte: 150251030 - 2018NE000016. Data de Assinatura: 12/12/2018.

(SIOEC - 17/12/2018) 170010-00001-2018NE000016

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO PF E PJ Nº 0910500/000001/2018

OBJETO: alienação de mercadorias e veículos apreendidos. CLIENTELA: Pessoas Físicas e Jurídicas nos termos do Edital nº 0910500/01/2018. RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS: 03h00 de 07/01/2019 até as 20h00 de 18/01/2019. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/01/2019 a partir das 08h30. LOCAL: on-line em www.rfb.gov.br, acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), opção "Sistema de Leilão Eletrônico". EDITAL E INFORMAÇÕES: Delegacia da RFB em Maringá-PR, Av. XV de Novembro, 527, Centro - Maringá - PR, no site www.rfb.gov.br, ou ainda pelo telefone (44) 98874-0276.

Maringá, 17 de dezembro de 2018.
JOSE HENRIQUE JORGE PELARICO
Presidente da Comissão

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 170160

Número do Contrato: 13/2016

Processo: 10940721166201672.

PREGÃO SISPP Nº 12/2016. Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 04916444000122. Contratado: PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. Objeto: Termo aditivo para prorrogação da vigência contratual de 29/12/2018 a 28/12/2020 do contrato nº 13/2016 referente a prestação de serviços terceirizados de reprografia, impressão, digitalização com fornecimento de equipamentos e insumos, exceto papel. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 29/12/2018 a 28/12/2020. Valor Total: R\$81.502,80. Fonte: 150251030 - 2018NE000012. Data de Assinatura: 06/12/2018.

(SIOEC - 17/12/2018) 170010-00001-2018NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM NOVO HAMBURGO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018 - UASG 170184

Processo: 11055724059201896. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, com celebração de contrato de fornecimento, para o prédio da Agência da Receita Federal do Brasil em Taquara. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Único fornecedor, declaração de Inexigibilidade em 17/12/2018. VERONICA MATILDE FARIAS DACHE MORELLE, Chefe Substituta da Segor. Ratificação em 17/12/2018. EDUARDO GODOY CORREA, Delegado Adjunto. Valor Global: R\$ 19.550,40. CNPJ CONTRATADA: 02.016.439/0001-38 RIO GRANDE ENERGIA SA.

(SIOEC - 17/12/2018) 170010-00001-2018NE000001

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO DE CONDUTA

EDITAL ELETRÔNICO SUSPE/DICOM/CGCOT/COATE Nº 72/2018

O Coordenador da Coordenação Atendimento ao Público da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo SUSPEP Nº 15414.629352/2018-94, INTIMAR a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO NORDESTE - AATCN, CNPJ nº 11.077.125/0001-36, que se encontra em local incerto e não sabido, a alegar o que entender, a bem de seus direitos, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) dias, contados a partir da publicação deste Edital, nos termos do art. 107 e inciso IV, art. 109 da Resolução CISP Nº 243, de 2011, em face da REPRESENTAÇÃO por atuar como seguradora sem a devida autorização legal, sob pena de os fatos narrados no processo em referência serem julgados sem as referidas alegações, ficando desde já NOTIFICADA de que, acolhidas as razões da representação, estará sujeita a penalidade de MULTA, prevista no art. 113 do Decreto-Lei nº 73 de 1966 c/c art. 3º da Resolução CISP Nº 60 de 2001, mantido pelo art. 17 da Resolução CISP Nº 243 de 2011, por infração ao disposto no Parágrafo Único do Art. 757 do Código Civil c/c arts. 24 e 113 do Decreto-Lei nº 73 de 1966. Informa, por oportuno, que para acesso ao processo em epígrafe deverá ser observado o disposto na Deliberação SUSEP Nº 197/2017.

GABRIEL MELO DA COSTA
Coordenador

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosSECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2018 - UASG 280101

Número do Contrato: 26/2016.

Nº Processo: 52004001125201696

PREGÃO SISPP Nº 18/2016. Contratante: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. CNPJ Contratado: 11777162000157. Contratado: BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - S.A. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 26/2016 por mais 12 meses. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93 e demais normas correlatas. Vigência: 16/12/2018 a 16/12/2019. Valor Total: R\$3.362.646,25. Fonte: 100000000 - 2018NE000316. Fonte: 100000000 - 2018NE000572. Data de Assinatura: 13/12/2018.

(SIOEC - 17/12/2018) 280101-00001-2018NE000332

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 183038

Número do Contrato: 27/2017.

Nº Processo: 52402005139201858

PREGÃO SISPP Nº 19/2017. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. CNPJ Contratado: 10484227000103. Contratado: ARAUCARIA AR CONDIÇÃO LTDA. Objeto: Prorrogação do Contrato nº 27/2017, por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 04/12/2018, na forma prevista no art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/1993. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/1993. Vigência: 04/12/2018 a 04/12/2019. Valor Total: R\$37.472,00. Fonte: 250183038 - 2018NE000179. Data de Assinatura: 04/12/2018.

(SIOEC - 17/12/2018) 183038-18801-2018NE000196

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018 - UASG 183038

Nº Processo: 52402005447201883. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de Suporte Técnico, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva com fornecimento de peças e componentes para a totalidade da Central Telefônica SOPHO (52090) do INPI na cidade do Rio de Janeiro nas localidades ocupadas por esta Autarquia Federal ou naquelas que venham a ser ocupadas, quantas forem, ao longo do período de vigência do Contrato no Estado do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 18/12/2018 das 10h00 às 17h00. Endereço: Rua Marlynet Vaiga, Nº 09, 24º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasnet.gov.br/edital/183038-4-00018-2018. Entrega das Propostas: a partir de 18/12/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/01/2019 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CAROLINA ANDRADE MONTEIRO
Analista de Pgi em Pgi

(SIOEC - 17/12/2018) 183038-18801-2018NE000196

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2018

O INPI torna público que a Autoridade Competente, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, HOMOLOGOU em 17/12/2018 o Pregão Eletrônico SIP 15/2018, referente ao Processo 52402.002792/2018-65. Sagrou-se vencedora: Itens 1 e 2: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, CNPJ: 27.626.290/0008-08, com os valores de R\$ 42.465,00 e R\$ 26.500,00, respectivamente.

FABIO BRUNO PIMENTA
Pregoeiro

(SIOEC - 17/12/2018) 183038-18801-2018NE000196

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE
E TECNOLOGIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2018 - UASG 183023

Nº Processo: 52600104072201716.

PREGÃO SISPP Nº 16/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 78533312000158. Contratado: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação continuada dos serviços de apoio administrativo a serem executados nas dependências do Inmetro, nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a serem ocupados pelo órgão, que serão prestados nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: 8666/93. Vigência: 17/12/2018 a 16/12/2019. Valor Total: R\$34.376.747,76. Fonte: 174282020 - 2018NE000585. Data de Assinatura: 17/12/2018.

(SIOEC - 17/12/2018) 183023-18208-2018NE00074

SECRETARIA DE INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

EDITAL DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018
RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2018

RELATÓRIO Nº 10/2018-SEI-CONEG/DETN/SIN

PROCESSO Nº 52250.100303/2017-19

Relatório Conclusivo da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público Nº 2, de 2018

A Comissão de Seleção, no uso das atribuições dispostas no Edital de Chamamento Público Nº 02, de 2018, resolve publicar o resultado preliminar de seleção de instituição coordenadora para o Programa Prioritário de Bioeconomia.

No período de 19 a 23 de novembro de 2018, o IDFSAM e a FPF enviaram suas propostas ao Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços - MDIC, alcançando o seguinte resultado:

| Atendimento aos requisitos de habilitação: | | | |
|---|--|--------|-----|
| Requisitos de Habilitação para Participar do Chamamento Público | | | |
| Item | Documentos | IDFSAM | FPF |
| 3.2.1 a | Certidão Negativa de Débitos - Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União | Sim | Sim |





MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
Avenida Nossa Senhora das Graças nº 50 - Nerém - CEP: 25250-020 - Duque de Caxias - RJ
E-mail: kaker@inmetro.gov.br - Tel.: (21) 2679-9763

Ofício Diraf

INMETRO/SEI/NÚMERO DO PROTOCOLO
52600.024998/2018-18

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2018.

À Plansul Planejamento e Consultoria Eireli
Senhor Rafael Beda Gualda
Rua Joaquim Costa, nº 270 – Agronômica
Florianópolis – SC
CEP: 88.025-400

Assunto: **Contrato - Inmetro / Plansul**

Prezado Senhor,

1. Encaminhamos contrato, firmado entre o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – Inmetro e a Empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, Processo nº 52600.104072/2017-16, para seu arquivamento, já finalizados os trâmites referente as assinaturas e publicação no Diário Oficial.

2. Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Fabiano Capella Medeiros
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

TERMO ADITIVO

Unidade Gestora: DIRAF/COGEP/DIDEC/SESÃO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018 DE PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO INMETRO, NOS IMÓVEIS ANUALMENTE OCUPADOS OU NAQUELES QUE VENHAM A SEREM OCUPADOS PELO ÓRGÃO, QUE FAZEM O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA E A EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Economia, criada pela Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, com sede em Brasília, Distrito Federal, situada no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 1, lote 985, Edifício Centro Empresarial Parque Brasília, 1.º andar, e com unidades técnico-administrativas na Avenida Presidente Vargas, nº 730, 7.º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, e na Avenida Nossa Senhora das Graças, nº 50, Vila Operária, Xerém, Duque de Caxias, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.662.270/0003-20, doravante designada CONTRATANTE, representada neste instrumento por seu Diretor de Administração e Finanças, Senhor VINICIUS DINIZ E ALMEIDA RAMOS, delegada competência por meio da Portaria Inmetro n.º 346, de 19 de agosto de 2021, nomeado pela Portaria n.º 5.094, de 08 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2019, inscrito no CPF nº 611.080.226-34, portador da Carteira de Identidade nº MG 2541133, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, e de outro lado a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, estabelecida na Rua Joaquim Costa, 270, Agronômica, Florianópolis, SC, CEP 88025-400, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu procurador, o Senhor RAFAEL BEDA GUALDA, Brasileiro, Advogado, cédula de identidade profissional nº 12019, expedida pela OAB/SC em 03/11/1997, e inscrito no CPF nº 932.194.409-59, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2018, formalizado no Processo SEI n.º 0052600.104072/2017-16, que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 16/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n.º 26/2018 (SEI 0258456) por mais 12 (doze) meses, conforme previsto no item 2.1 da sua Cláusula Segunda e no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, com início em 17/12/2022 e término em 17/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente Termo Aditivo, no valor total estimado de **R\$ 33.609.041,52 (trinta e três milhões, seiscentos e nove mil quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, correrá à conta de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, disponibilizados na Gestão/UASG: 18205/183023; Fonte: 380; Natureza de Despesa nº 3.3.3.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO; Plano Interno n.º 1950RRC2022.

Para atender a despesa prevista no exercício em curso foi solicitada Nota de Empenho no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente, e foi emitida a Nota de Empenho nº 2022NE001031, datada do dia 07/12/2022, sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações em razão de disponibilidade orçamentária, alterações no Programa de Trabalho ou em decorrência de novas determinações legais.

No exercício seguinte, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A contratada fica obrigada a renovar a garantia em decorrência da prorrogação, objeto deste Termo Aditivo, e complementá-la, caso necessário, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as demais regras constantes do Termo de Referência, totalizando o valor de R\$ 1.680.452,08 (um milhão, seiscentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO

Fica ressalvado à CONTRATADA, consoante ao Ofício Prorrogação (SEI 1377879), o direito à repactuação de valores relativos aos fatos anteriores e posteriores a este Termo Aditivo para manutenção da adequação contratual estabelecida na licitação e no contrato, não implicando a presente prorrogação em qualquer tipo de renúncia ou novação, tácita ou expressa.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n.º 26/2018 (SEI 0258456) e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, § 1º, DO [DECRETO Nº 8.538, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015](#) EM 08/12/2022, ÀS 15:42, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

VINICIUS DINIZ E ALMEIDA RAMOS
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=152... informando o código verificador 1392830 e o código CRC 3D587614.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 5676/2023

Certidão válida até 08/08/2023

Certificamos, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 464/2015, que constam em nossos arquivos o(s) RCA(s) relacionados abaixo, em nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58 registro CRA-RJ nº 91-05160, tendo como responsável técnico(s) RODRIGO BEDA GUALDA, registro nº 02-44585, cujas atividades descritas nos ATESTADOS/DECLARAÇÕES que fazem parte integrante desta Certidão estão elencadas nas alíneas "a" e "b", do art. 2º, da Lei 4.769/65. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade dos referidos ATESTADOS/DECLARAÇÕES, cujo teor é de exclusiva responsabilidade de seus emitentes.

RCA nº 20231000100023 - Data - 26/01/2023

Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

Contrato nº 1012/2018

Data de Início: 25/06/2018

Prazo do Contrato: 24/06/2023

Descrição do Serviço: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, na execução de atividades ligadas à produção de espetáculos teatrais, de dança, de musicais e de circo, relativos às atividades complementares e acessórias à área de atuação da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

Aditivo nº 20231000100023-1 - Data a 26/01/2023

Data de Início: 25/06/2019

Prazo do Contrato: 24/06/2020

Descrição do Serviço: Prorrogar o prazo de vigência estabelecido na cláusula Segunda do Contrato ora aditado, por um período de até 12 (doze), meses, com início em 25/06/2019 e término em 24/06/2020. Tal prorrogação ficará condicionada à data de finalização de novo processo licitatório já em curso com aviso de 30 (trinta) dias de antecedência de sua finalização e que o término da prestação dos serviços não coincida com o mês que anteceda a data base.

Aditivo nº 20231000100023-2 - Data a 26/01/2023

Data de Início: 25/06/2020

Prazo do Contrato: 24/06/2021

Descrição do Serviço: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato 1.012/2018.

Aditivo nº 20231000100023-3 - Data a 01/02/2023

Data de Início: 02/06/2020

Prazo do Contrato: 02/07/2020

Descrição do Serviço: Este Termo Aditivo tem por objeto a suspensão temporária e excepcional da vigência do

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

Contrato nº 1012/2018, relativo a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na execução de atividades ligadas à produção de espetáculos teatrais, de dança, musicais e de circo, relativos às atividades complementares e acessórias à área de atuação da Fundação Nacional de Artes ? FUNARTE, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro/REJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF, nos termos previstos em sua cláusula terceira.

Aditivo nº 20231000100023-4 - Data a 01/02/2023

Data de Início: 25/06/2021

Prazo do Contrato: 24/06/2022

Descrição do Serviço: O objeto do presente instrumento é PRORROGAR o prazo da vigência do contrato 1.012/2018, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 25/06/2021 a 24/06/2022, nos termos do art. 57, (II ou IV), da Lei n.º 8.666, de 1993)

Aditivo nº 20231000100023-5 - Data a 01/02/2023

Data de Início: 25/06/2022

Prazo do Contrato: 24/06/2023

Descrição do Serviço: O objeto do presente instrumento é PRORROGAR o prazo da vigência do contrato 1.012/2018, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 25/06/2022 a 24/06/2023, nos termos do art. 57, (II ou IV), da Lei n.º 8.666, de 1993)

Aditivo nº 20231000100023-6 - Data a 01/02/2023

Data de Início: 18/09/2022

Prazo do Contrato: 24/06/2023

Descrição do Serviço: O objeto termo aditivo tem como objetivo o remanejamento de postos de trabalho do contrato firmado entre as partes, conforme tabela.

RCA nº 20211000100227 - Data - 25/08/2021

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 43/2017

Data de Início: 02/10/2017

Prazo do Contrato: 03/11/2017

Descrição do Serviço: A contratação do remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC, com foco nas atividades acessórias e complementares necessárias ao cumprimento das finalidades da instituição, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por posto de serviço, conforme projeto básico, etalhamento, condições, quantidades e exigências estabelecidas Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-1 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 02/10/2017

Prazo do Contrato: 03/11/2017

Descrição do Serviço: Constitui objeto do presente termo aditivo: i) retificação do contrato; ii) supressão de serviços na ordem de 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento); iii) acréscimo de serviços na ordem de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento); e iv) prorrogação do prazo de

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313
Emitida em: 08/02/2023 às 11:57
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
vigência, no contrato referente à contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-2 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 05/03/2018

Prazo do Contrato: 03/11/2017

Descrição do Serviço: Constitui objeto do presente termo aditivo atender ao regramento introduzido pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como orientação consignada na CONCLUSÃO DEPCONSUPGF/AGU Nº 137/2017, no contrato referente à contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-3 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 03/11/2018

Prazo do Contrato: 03/11/2019

Descrição do Serviço: Constitui objeto do presente termo aditivo i) repactuação de preços ii) supressão de serviços; e iii) prorrogação do prazo de vigência; e iv) retificação de cláusula do contrato de origem, nos procedimentos referentes à contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-4 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 25/02/2019

Prazo do Contrato: 03/11/2019

Descrição do Serviço: Constitui objeto do presente termo aditivo o acréscimo de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) dos serviços contratuais, referente à contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-5 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 03/11/2019

Prazo do Contrato: 03/11/2020

Descrição do Serviço: Constitui finalidade do termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência, referente a contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-6 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 27/12/2019

Prazo do Contrato: 03/11/2020

Descrição do Serviço: Constitui finalidade do termo aditivo o acréscimo de serviços de 2,88% (dois inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), referente a contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 20211000100227-7 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 03/06/2020

Prazo do Contrato: 03/11/2020

Descrição do Serviço: 1.1 Constitui finalidade do termo aditivo o acréscimo de serviços de 1,77% (um inteiro e setenta e sete centésimos por cento), referente a contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

Aditivo nº 20211000100227-8 - Data a 01/10/2021

Data de Início: 03/11/2020

Prazo do Contrato: 03/01/2021

Descrição do Serviço: O presente instrumento aditivo tem por finalidade formalizar: 1) reequilíbrio econômico financeiro em favor da Fiocruz; e 2) prorrogação do prazo de vigência, no contrato cujo objeto é referente a contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

RCA nº 20211000100110 - Data - 19/04/2021

Contratante: INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA

Contrato nº 26/2018

Data de Início: 17/12/2018

Prazo do Contrato: 17/12/2021

Descrição do Serviço: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo a serem executados nas dependências do Inmetro, nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a serem ocupados pelo Órgão.

Aditivo nº 20211000100110-1 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 17/12/2019

Prazo do Contrato: 17/12/2020

Descrição do Serviço: Prorrogação da vigência do Contrato nº 26/2018 por 12 (doze) meses a partir de 17 de dezembro de 2019.

Aditivo nº 20211000100110-3 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 29/09/2019

Prazo do Contrato: 17/12/2019

Descrição do Serviço: Supressão de 15,69% (quinze vírgula sessenta e nove por cento) do objeto do Contrato n.º 26/2018.

Aditivo nº 20211000100110-2 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 17/12/2020

Prazo do Contrato: 17/12/2021

Descrição do Serviço: Prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência do Contrato Administrativo com início na data de 17/12/2020 e término em 17/12/2021.

RCA nº 20211000100109 - Data - 19/04/2021

Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313
Emitida em: 08/02/2023 às 11:57
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Contrato nº 1005/2018

Data de Início: 16/04/2018

Prazo do Contrato: 15/04/2022

Descrição do Serviço: Contratação de serviços continuados de apoio administrativo, com dedicação de mão de obra exclusiva, para o desempenho regular de atividades materiais, acessórias e complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal desta Fundação Nacional de Artes - FUNARTE.

Aditivo nº 20211000100109-1 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 15/04/2019

Prazo do Contrato: 16/04/2020

Descrição do Serviço: Prorrogar o prazo da vigência por 12 meses, com início em 16/04/2019 e término em 16/04/2020.

Aditivo nº 20211000100109-3 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 16/04/2021

Prazo do Contrato: 15/04/2022

Descrição do Serviço: Objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato por um período de 12 (doze) meses, com início em 16/04/2021 e término em 15/04/2022.

Aditivo nº 20211000100109-2 - Data a 19/04/2021

Data de Início: 16/04/2020

Prazo do Contrato: 15/04/2021

Descrição do Serviço: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato 1.005/2018, contados a partir de 16/04/2020 com término em 15/04/2021.

RCA nº 20181000100180 - Data - 30/04/2018

Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

Contrato nº 9048/2014-ANP-007.454

Data de Início: 09/09/2014

Prazo do Contrato: 08/09/2015

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-2 - Data a 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2016

Prazo do Contrato: 07/09/2017

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-4 - Data a 08/06/2018

Data de Início: 07/09/2017

Prazo do Contrato: 07/09/2018

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 20181000100180-1 - Data a 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2015

Prazo do Contrato: 07/09/2016

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-3 - Data a 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2016

Prazo do Contrato: 07/09/2017

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

RCA nº 20151000100491 - Data - 06/10/2015

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 010/2011

Data de Início: 01/10/2011

Prazo do Contrato: 01/10/2016

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-1 - Data a 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2012

Prazo do Contrato: 01/10/2013

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-2 - Data a 06/10/2015

Data de Início: 02/10/2013

Prazo do Contrato: 02/10/2014

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-3 - Data a 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2014

Prazo do Contrato: 01/10/2015

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-4 - Data a 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2015

Prazo do Contrato: 01/10/2016

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

RCA nº 17089 - Data - 22/11/2010

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Contrato nº 2983/2005

Data de Início: 01/02/2008

Prazo do Contrato: 31/01/2010

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Aditivo nº 17091 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 01/02/2010

Prazo do Contrato: 31/01/2011

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Aditivo nº 17090 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 26/09/2008

Prazo do Contrato: 25/09/2009

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

RCA nº 16474 - Data - 02/06/2010

Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

Contrato nº 15357

Data de Início: 01/11/2004

Prazo do Contrato: 31/10/2006

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Aditivo nº 16475 - Data a 02/06/2010

Data de Início: 31/07/2006

Prazo do Contrato: 30/07/2007

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Aditivo nº 16477 - Data a 02/06/2010

Data de Início: 01/03/2009

Prazo do Contrato: 28/02/2010

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Aditivo nº 16479 - Data a 02/06/2010

Data de Início: 30/06/2008

Prazo do Contrato: 29/06/2009

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 16478 - Data a 02/06/2010

Data de Início: 30/10/2007

Prazo do Contrato: 29/09/2008

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Aditivo nº 16476 - Data a 02/06/2010

Data de Início: 01/11/2006

Prazo do Contrato: 31/10/2009

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

RCA nº 015441 - Data - 30/07/2009

Contratante: COMLURB

Contrato nº 182/07

Data de Início: 11/10/2007

Prazo do Contrato: 10/10/2009

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO RECEPTIVO AO PÚBLICO E RECEPÇÃO.

RCA nº 13536 - Data - 06/03/2008

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 08/02/2007

Prazo do Contrato: 09/02/2009

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS, PORTARIA, COPA, RECEPÇÃO, TELEFONISTA E AJUDANTE DE CAMINHÃO.

Aditivo nº 17070 - Data a 17/11/2010

Data de Início: 05/12/2008

Prazo do Contrato: 07/02/2011

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS, PORTARIA, COPA, RECEPÇÃO, TELEFONISTA E AJUDANTE DE CAMINHÃO.

RCA nº 12841 - Data - 21/06/2007

Contratante: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contrato nº 022/07

Data de Início: 01/04/2007

Prazo do Contrato: 29/06/2007

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM DIVERSAS

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
UNIDADES SENDO 169 FUNCIONÁRIOS NA ÁREA HOSPITALAR E 105 NA ÁREA ADMINISTRATIVA,
TOTAL 334 FUNCIONÁRIOS.

RCA nº 12753 - Data - 24/05/2007

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/02/2006

Prazo do Contrato: 01/02/2008

Descrição do Serviço: LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLOGICOS DE PRAGAS

RCA nº 12751 - Data - 24/05/2007

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/02/2006

Prazo do Contrato: 01/02/2008

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS.

RCA nº 012752 - Data - 24/05/2007

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/02/2006

Prazo do Contrato: 01/02/2008

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS,.

RCA nº 12147 - Data - 17/10/2006

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº 982/06

Data de Início: 11/04/2006

Prazo do Contrato: 10/04/2007

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17084 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 24/11/2008

Prazo do Contrato: 10/04/2009

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17087 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 02/03/2010

Prazo do Contrato: 01/03/2011

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313
Emitida em: 08/02/2023 às 11:57
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 17088 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 26/08/2010

Prazo do Contrato: 25/08/2011

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17086 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 09/10/2009

Prazo do Contrato: 27/01/2010

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17082 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 16/04/2007

Prazo do Contrato: 15/04/2008

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17083 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 07/04/2008

Prazo do Contrato: 10/04/2009

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17085 - Data a 22/11/2010

Data de Início: 28/01/2009

Prazo do Contrato: 27/01/2010

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS

RCA nº 11190 - Data - 20/10/2005

Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

Contrato nº 15353

Data de Início: 29/10/2004

Prazo do Contrato: 28/10/2000

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

RCA nº 8004 - Data - 17/07/2003

Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

Contrato nº 14368

Data de Início: 23/10/2002

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313

Emitida em: 08/02/2023 às 11:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 17260 - Data a 05/01/2011

Data de Início: 25/08/2004

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17259 - Data a 05/01/2011

Data de Início: 19/04/2004

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17261 - Data a 05/01/2011

Data de Início: 23/09/2004

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

RCA nº 5388 - Data - 24/01/2001

Contratante: SAVEL SANTA AMÁLIA VEÍCULOS LTDA

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/03/2000

Prazo do Contrato: 28/02/2001

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE MODERNIZAÇÃO PARA GESTÃO EMPRESARIAL, INCLUINDO OS SETORES ADMINISTRATIVOS, DE PEÇAS, OFICINAS, E ALMOXARIFADO, O LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS COM A DEVIDA AVALIAÇÃO DO ATIVO EM GERAL E REAVALIAÇÃO DE TODO O ATIVO FISCO, BEM COMO A GESTÃO DE COMPRAS, ESTOQUES, E ALMOXARIFADO.

RCA nº 2673 - Data - 10/07/1998

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 31/07/1997

Prazo do Contrato: 31/07/1999

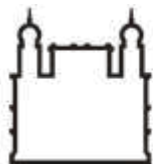
Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO EM 01 ANALISTA DE SUPORTE SOFTWARE, 05 TÉCNICOS DE SUPORTE SOFTWARE, 05 TÉCNICOS DE SUPORTE MICROINFORMÁTICA E 05 TÉCNICOS DE SUPORTE HARDWARE.

Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 2023.

Código de controle da certidão: 0.27005880967686313
Emitida em: 08/02/2023 às 11:57
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao](https://www.sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 24/08/2021

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – SERVIÇOS

Atestamos para os devidos fins, que a sociedade empresarial **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **78.533.312/0001-58**, estabelecida no endereço Rua Joaquim Costa nº 270, Agronômica, CEP: 88.025-400, Florianópolis/SC, prestou para a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - Cogic, Unidade da **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.781.055/0001-35**, os serviços do objeto no **Contrato nº 43/2017 e seus aditivos (Processo nº 25380.002497/2021-37)**, conforme características contratuais abaixo discriminadas:

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DO REMANESCENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA COGIC, COM FOCO NAS ATIVIDADES ACESSÓRIAS E COMPLEMENTARES NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DAS FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO, SOB FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA POR POSTO DE SERVIÇO.

2. VALOR CONTRATUAL:

R\$ 899.943,20 (Oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte centavos) (Valor do último mês).

3. VIGÊNCIA:

02/10/2017 a 03/01/2021.

4. RESPONSÁVEL FISCAL : Hélio Coelho Silveira da Rosa, Analista de Gestão em Saúde, Matrícula 6465383.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: Serviço de apoio as atividades desenvolvidas na Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - Cogic, nas atividades acessórias e complementares necessárias ao cumprimento das finalidades da Instituição.

6. QUANTITATIVOS DA CONTRATAÇÃO:

| Função | Quantidade |
|--------------------------|------------|
| Auxiliar Administrativo | 1 |
| Assistente Adm. Junior | 6 |
| Assistente Adm. Pleno 1 | 22 |
| Assistente Adm. Pleno 2 | 5 |
| Assistente Adm. Senior 1 | 37 |

| | |
|--------------------------|------------|
| Assistente Adm. Senior 2 | 7 |
| Analista Adm. Júnior 1 | 7 |
| Analista Adm. Júnior 2 | 7 |
| Analista Adm. Pleno 1 | 4 |
| Analista Adm. Pleno 2 | 2 |
| Analista Adm. Senior 1 | 2 |
| TOTAL | 100 |

Atestamos, ainda, que os referidos serviços foram prestados de forma satisfatória e que, até o momento, **NADA CONSTA** em nossos registros que desabone a conduta da empresa.

REGISTRO Nº 020/SQF/2021.

Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 2021.

Paulo Roberto Barcelos da Silva

Matrícula 0463904-0

Seção de Qualificação de Fornecedores

Tel: (021)3836-2152 / E-mail: paulo.barcelos@fiocruz.br



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO BARCELOS DA SILVA, Chefe da Seção de Qualificação de Fornecedores**, em 24/08/2021, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

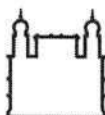
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1020202** e o código CRC **AF545400**.

Gestor: COGEAD/DECOM/SEAC/SQF

Versão: 00 - Setembro/2020

Referência: Processo nº 25380.002497/2021-37

SEI nº 1020202



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

TERMO DE CONTRATO Nº 043/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DE APOIO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA COGIC, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI – COGIC/FIOCRUZ E PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.

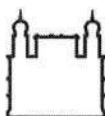
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, de um lado, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 66.624/70, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.932/16 integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, ex-vi da Lei nº 7.596/87 e do Decreto nº 6.860/09, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente FIOCRUZ, através da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada por seu Coordenador-Geral Substituto Sr. ROBERTO PIERRE CHAGNON, portador da Carteira de Identidade nº 06.525.254-6 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 869.664.137-04, com endereço profissional na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sala 8A, Manguinhos, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-900, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 688 de 15/05/2017 da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.533.312/0001-58, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, Agronômica, na cidade de Florianópolis, Estado SC, CEP: 88.025-400, 249, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por RAFAEL BEDA GUALDA, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 12019, expedida pelo OAB/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 932.194.409-59, no uso das atribuições que lhe confere o Instrumento de Procuração acostado às Fls. 147, tendo em vista o objeto do Processo nº 25389.000192/2017-24 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG, de 26/5/2017, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação do remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC, com foco nas atividades acessórias e complementares necessárias ao cumprimento das finalidades da instituição, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por posto de serviço, conforme projeto básico, etalhamento, condições, quantidades e exigências estabelecidas Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC

Página 1 de 6

11



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

SUBCLÁUSULA ÚNICA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Este termo de contrato vincula-se ao Projeto Básico do Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC e à proposta vencedora que, independentemente de transcrição, passam a integrar o presente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de 31 (trinta e um) dias, em consonância com o disposto no Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações e Contratos com a Administração Pública, contatos a partir de 02/10/2017 com previsão para seu término em 03/11/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor mensal da contratação será de R\$ 895.929,91 (oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos), o que perfaz o valor total de R\$ 925.794,24 (novecentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), sendo este valor correspondente ao período de 02/10/2017 até 03/11/2017. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta do Elemento de Despesa 339034, Programa 10122211520000033, fonte 6151000000. Foi emitida a Nota de Empenho 2017NE801639 de 29/09/2017, no valor meramente estimativo de R\$ 9.257,94 (nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos), como forma de garantir a execução da presente avença.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DOS EMPENHOS COMPLEMENTARES

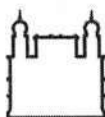
Para fazer face ao compromisso assumido, o saldo restante será empenhado gradativamente, à medida do descontingenciamento do respectivo programa de trabalho.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DOS EXERCÍCIOS FUTUROS

Nos exercícios seguintes, as despesas da mesma natureza correrão à conta dos recursos próprios, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico do Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

A repactuação, como mecanismo de preservação das condições efetivas do contrato ora firmado, submete-se, para a sua aplicação, às regras contidas na IN 05/2017-MPOG, de 26/5/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 46.289,71 (quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Projeto Básico do Edital de Dispensa de Licitação nº 037/2016-DIRAC, podendo ser apresentada nas seguintes modalidades: Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período superior a 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – DA LIBERAÇÃO DA GARANTIA

A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na IN 05/2017-MPOG, de 26/5/2017, observada a legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela FIOCRUZ são aqueles previstos no Projeto Básico do Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA FIOCRUZ E DA CONTRATADA

As obrigações da FIOCRUZ e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico do Edital de Dispensa de Licitação nº 027/2017-COGIC.

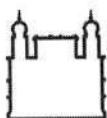
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que: i) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ii) ensejar o retardamento da execução do objeto; iii) fraudar na execução do contrato; iv) comportar-se de modo inidôneo; v) cometer fraude fiscal; e vi) não mantiver a proposta.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nesta Cláusula

Página 3 de 6



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às aplicação das seguintes sanções: i) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a FIOCRUZ; ii) multa moratória de 0,3% (três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias; iii) multa compensatória de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; iv) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; v) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; vi) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e vi) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a FIOCRUZ pelos prejuízos causados;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DA EXTENSÃO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

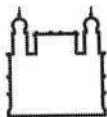
Consoante estabelece o artigo 88 da Lei nº 8.666, as sanções relativas a suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; vi) impedimento de licitar e contratar com a União e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas na Subcláusula primeira poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais i) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ii) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e iii) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

SUBCLÁUSULA QUARTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à FIOCRUZ, observado o princípio da proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Os motivos ensejadores da rescisão, seja qual for a sua modalidade, estão disciplinadas na Lei de Licitações e Contratos com a Administração Pública nº 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO UNILATERAL

A rescisão contratual poderá ser antecipada, por ato unilateral da Administração, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, em razão da realização de licitação, formalizada por meio do Processo nº 25389.000192/2017-24.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DOS MOTIVOS ENSEJADORES DA RESCISÃO

O presente termo de contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas para o objeto contratado.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa. A CONTRATADA reconhece os direitos da FIOCRUZ em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: i) de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; ii) da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e iii) das indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA: i) caucionar ou utilizar este termo de contrato para qualquer operação financeira; ii) interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da FIOCRUZ, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

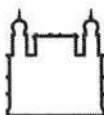
SUBCLÁUSULA ÚNICA – DOS ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela FIOCRUZ, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e,

Página 5 de 6



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Processo nº 25389.000192/2017-24

DL. 027/2017-COGIC

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ TCU e CADIN, em 29/09/2017, consoante certidões anexadas às folhas 265 a 287 dos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à FIOCRUZ providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato será o da Seção Judiciária de do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2017.

PELA FIOCRUZ:

Roberto Pierre Chagnon
Coordenador-Geral Infraestrutura
dos Campi - COGIC/FIOCRUZ
(Substituto)
Mat.: SIAPE: 463903

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI
ROBERTO PIERRE CHAGNON
COORDENADOR GERAL SUBSTITUTO

PELA CONTRATADA:

PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
RAFAEL BEDA GUALDA
PROCURADOR

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

Plansul Planej. e Consultoria
Gisele de Souza Pes
Assessora Jurídica
OAB/SC 9942
CPF: 888.164.689-97

Página 6 de 6



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000192/2017-24

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 43/2017, CELEBRADO ENTRE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC E A PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, OBJETIVANDO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO EM FAVOR DA FIOCRUZ E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PRO RATA TEMPORIS.

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC, com sede na Av. Brasil, nº 4.365, CEP. 21040-900, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada por sua Coordenadora-Geral Sra. ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI, portadora da Carteira de Identidade nº 0079011664 emitida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 017.791.647-85, com endereço profissional na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sala 09, Manguinhos, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-900, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 201/2017 da Sra. Presidente da FIOCRUZ e a Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada simplesmente FIOCRUZ, e de outro lado, a PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.533.312/0001-58, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, Agrônômica, na Cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.025-400, 249, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por RAFAEL BEDA GUALDA, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 12019, expedida pelo OAB/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 932.194.409-59, no uso das atribuições que lhe confere o Instrumento de Procuração acostada nos autos, resolvem celebrar o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2017, nos autos do Processo nº 25389.000192/2017-24 e na forma das disposições expressas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

1.1 O presente instrumento aditivo tem por finalidade formalizar: 1) reequilíbrio econômico financeiro em favor da Fiocruz; e 2) prorrogação do prazo de vigência, no contrato cujo objeto é referente a contratação de remanescente para prestação de serviços especializados de apoio às atividades desenvolvidas na COGIC.

[Assinatura]

FIOCRUZ – COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA ESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC

Serviço de Gestão de Contratos

Av. Brasil, nº 4.365, COGIC, sala 13, Manguinhos • Rio de Janeiro/RJ • Brasil

CEP: 21.040-900 • Tel: 21 2209-2109 • E-mail: segecon.cogic@fiocruz.br • <http://www.cogic.fiocruz.br>

[Assinatura]



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000192/2017-24

2. CLAUSULA SEGUNDA – REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO EM FAVOR DA FIOCRUZ

2.1 O reequilíbrio econômico financeiro em favor da Fiocruz, dar-se-á em função da redução do item referente à assistência médica familiar, do módulo 2 - Benefício mensais e diários, passando de R\$ 439,57 (quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 33,25 (trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

2.1.1 DA ALTERAÇÃO DO VALOR

Com o reequilíbrio econômico financeiro em favor da Fiocruz, a partir de 03/11/2020, o valor mensal passará de R\$ 948.911,12 (novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e onze reais e doze centavos) para R\$ 899.943,20 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte centavos) perfazendo uma redução de 5,16% (cinco inteiros e dezesseis centésimos por cento).

2.1.2 DO PREÇO

3.1 Após o compute do reequilíbrio econômico financeiro em favor da Fiocruz, o valor mensal passa a ser de R\$ 899.943,20 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte centavos) perfazendo um total anual de R\$ 10.799.318,40 (dez milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e dezoito reais e quarenta centavos).

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO A SER PRORROGADO

4.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 2 (dois) meses pro rata temporis, com início em 03/11/2020 e encerramento 03/01/2021, conforme despacho da Fiscalização acostado nos autos, sem prejuízo de repactuações de preços futuras ou reequilíbrio econômico financeiro, relativamente a valores vinculados ao contrato.

4.2. Na hipótese de um novo contrato vir a ser firmado antes do prazo de vigência estipulado, a rescisão poderá ser antecipada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A previsão orçamentária para fazer face ao presente termo aditivo correrá por conta do Elemento de Despesa 339034, Programa de Trabalho 10122003220000033, Fonte de Recursos 6153000000. Foi emitida a Nota de Empenho nº 2020NE801060 de 18/09/2020, no valor meramente estimativo de R\$ 131.157,06 (cento e trinta e um mil, cento e cinquenta e sete reais e seis centavos), como forma de atender à despesa a ser executada. Para fazer face ao compromisso assumido, serão emitidas notas de empenho complementares destinadas a cobertura da presente despesa, na medida do descontingenciamento orçamentário.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000192/2017-24

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 O valor total apurado para o presente termo aditivo e estimado em R\$ 1.799.886,40 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) corresponde à vigência prorrogada na forma da Cláusula Segunda. Nesse total estão considerados todos os custos que envolvem a contratação, que obedecerão ao cronograma de desembolso para os exercícios de 2020 e 2021.

6.1.1 – DO DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Estima-se o desembolso de R\$ 1.709.892,08 (um milhão, setecentos e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e oito centavos) para execução no presente exercício.

6.1.2 – DO DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

O saldo remanescente de R\$ 89.994,32 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos) estima-se executar no exercício 2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1 O presente instrumento cuja finalidade está descrita na Cláusula Primeira, encontra amparo no Art. 57 § 4º c/c o Art. 65 inciso II alínea d), da Lei 8.666/1993 e suas respectivas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1 A CONTRATADA obriga-se: 1) a prorrogar a sua garantia contratual, em consonância com as regras previstas em edital e em compatibilidade com o prazo ora prorrogado. A documentação correspondente (inclusive cópia da comunicação à Seguradora com protocolo de recebimento) deverá ser apresentada à FIOCRUZ no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de assinatura do presente instrumento, sob pena de rescisão do contrato, na forma prevista no art. 78, inciso I da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

9. CLÁUSULA NONA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

9.1 A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ, TCU e CADIN, em 27/10/2020, certidões anexadas nos autos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RATIFICAÇÃO

10.1 Ficam mantidas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato originário e seus aditivos, não mencionadas e não modificadas, e naquilo que não



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000192/2017-24

conflitarem com o conteúdo deste instrumento, as quais considera-se expressamente ratificadas de comum acordo pelos partícipes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 Incumbirá a FIOCRUZ publicar este termo aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União – DOU, nos termos do Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93, republicada em 06/07/94.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento segue lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2020.

PELA FIOCRUZ:

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI
ANA BEATRIZ ALVES CUZZATT
COORDENADORA GERAL
Ana Beatriz Alves Cuzzatt
Coordenadora-Geral de Infraestrutura
dos Campi-COGIC-FIOCRUZ
1567804

PELA CONTRATADA:

PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
RAFAEL BÉDA GUALDA
PROCURADOR

TESTEMUNHAS:

NOME: [Assinatura]

NOME: [Assinatura]

CPF: 05094712-95

CPF: [Assinatura]

PLANSUL Plan. e Cons. Eireli
Gisele de Souza Pes
Advogada OAB/SC 9942
CPF 888 164.609-97

Transparência Pública

ENTRAR

UG: ⓘ

254462 - DIRAC

UGR: ⓘ

Todos

Ano:

(Todos)

Situação:

(Todas)

Modalidade:

(Todos)

CPF/CNPJ:

78.533.312/0001-58

Nome/razão social:

×

Digite o Nome/Razão Social do contratado

Nº Contrato:

Digite o número do contrato

Objeto:

Digite o objeto do contrato

PESQUISAR

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

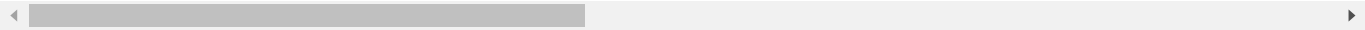
50

resultados por página

Pesquisar

| Num | Ano | Início do Contrato | Término do Contrato | Modalidade | Situação | Con |
|-----|------|--------------------|---------------------|-----------------------|-----------|-----------------------------|
| 43 | 2017 | | | Dispensa de licitação | CONCLUIDO | 78.533 PLANSUL PLANEJAME |

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 27/03/2023

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

| | | |
|--------------|---|---|
| Razão Social | : | PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA |
|--------------|---|---|

| | | |
|-------------|---|--|
| Endereço | : | JOAQUIM COSTA, 270 |
| Cidade | : | FLORIANOPOLIS |
| Reg CRA-RJ: | : | 91-05160 Estado: SC CNPJ: 78.533.312/0001-58 |

| | | |
|---------------|---|---------------------|
| Resp. Técnico | : | RODRIGO BEDA GUALDA |
| Reg. CRA-RJ | : | 02-44585 |

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE

| | | |
|---------|---------------------|---------------------|
| RCA | Nº 20211000100109 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100109-1 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100109-2 | Data: 19/Abril/2021 |
| Aditivo | Nº 20211000100109-3 | Data: 19/Abril/2021 |

Código de controle da certidão: 0.2516553324935562

Emitida em: 27/09/2022 às 09:04

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



**Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Fundação Nacional de Artes**

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, para os devido fins, que a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrita no CNPJ n° **78.533.312/0001-58**, sediada na **Rua Joaquim Costa, n° 270, bairro Agrônômica, Florianópolis/SC**, presta de forma contínua ao **FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES**, localizado na Avenida Presidente Vargas, 3131 Cidade Nova, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CNPJ sob o n° 26.963.660/0001-42, prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, para o desempenho regular de atividades materiais, acessórias e complementares, aos assuntos que constituem a área de competência legal desta Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, por meio do **CONTRATO N° 1005/2018**, utilizando o efetivo de profissionais discriminados abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO POSTO | LOCAL | QTDE. |
|------|--------------------------------|----------------|------------|
| RJ | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL I | Rio de Janeiro | 5 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL II | Rio de Janeiro | 64 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL III | Rio de Janeiro | 78 |
| | ASSISTENTE SOCIAL | Rio de Janeiro | 1 |
| | COPEIRA | Rio de Janeiro | 1 |
| | MOTORISTA DE SERVIÇO | Rio de Janeiro | 2 |
| SP | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL I | São Paulo | 0 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL II | São Paulo | 1 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL III | São Paulo | 2 |
| | MOTORISTA DE SERVIÇO | São Paulo | 1 |
| MG | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL I | Belo Horizonte | 0 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL II | Belo Horizonte | 2 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL III | Belo Horizonte | 3 |
| | MOTORISTA DE SERVIÇO | Belo Horizonte | 1 |
| DF | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL I | Brasilia | 0 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL II | Brasilia | 3 |
| | APOIO ADMINISTRATIVO NIVEL III | Brasilia | 2 |
| | MOTORISTA DE SERVIÇO | Brasilia | 1 |
| | | | 167 |

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

Av. Presidente Vargas, 3.131 – Sala 1.806 - Cidade Nova - Rio de Janeiro – RJ CEP 20.210-911

Email: vigilancia.rj@funarte.gov.br - Telefones: (21) 2279-8030

Vigência: 16/04/2018 à 16/04/2022.

Valor anual do contrato vigente: R\$ 16.110.680,25 (dezesesseis milhões, cento e dez mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos).

Declaramos ainda que a **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro/RJ, 16 de abril de 2020.

Assinado de forma digital
por CRISTIANO CABRAL DE
OLIVEIRA:02871539758
Dados: 2021.04.16 11:24:28
-03'00'

Gestor do Contrato

RODRIGO BEDA
GUALDA:70865434972
4972
Assinado de forma digital por
RODRIGO BEDA
GUALDA:70865434972
Dados: 2021.04.22 14:30:45
-03'00'

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

Av. Presidente Vargas, 3.131 – Sala 1.806 - Cidade Nova - Rio de Janeiro – RJ CEP 20.210-911
Email: vigilancia.rj@funarte.gov.br - Telefones: (21) 2279-8030

CONTRATO Nº 1005/2018
ASSINADO EM 13/04/18
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte
MINISTÉRIO DA CULTURA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM
REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 1.005/2018, QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO
NACIONAL DE ARTES – FUNARTE E A EMPRESA
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA
EIRELI.**

A União, por intermédio da **FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE**, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, sediada no Centro Empresarial Cidade Nova/Teleporto, localizado à Av. Presidente Vargas, 3131 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20210-911, inscrita no CNPJ sob o nº 26.963.660/0002-42, neste ato representada pelo seu Presidente, **STEPAN NERCESSIAN**, nomeado pelo Decreto de 21 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U de 22 de dezembro de 2016, inscrito no CPF nº 266.723.837-00, portador da Carteira de Identidade nº 031240815 IFP/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.533.312/0001-58, sediada na Rua Joaquim Costa, 270, CEP 88.025-400, Agronômica, Florianópolis, SC, Brasil, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Rafael Beda Gualda, portador da Carteira profissional nº 267.8326-6, expedida pela OAB/SC, e CPF nº 932.194.409-59, tendo em vista o que consta no Processo nº 01530.001485/2017-80 e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, nas Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 001/2018 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de apoio administrativo, com dedicação de mão de obra exclusiva, para o desempenho regular de atividades materiais, acessórias e complementares, aos assuntos que constituem a área de competência legal desta Fundação Nacional de Artes - FUNARTE conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| LOCAL | POSTO/CARGO | CBO | Nº DE POSTOS | Nº ESTIMADO DE TERCEIRIZADOS | SALÁRIOS |
|--------------------------------------|--------------------------------|---------|--------------|------------------------------|--------------|
| RJ | Apoio Administrativo Nível I | 4110-05 | 20 | 20 | R\$ 1.411,10 |
| | Apoio Administrativo Nível II | 4110-05 | 50 | 50 | R\$ 3.067,27 |
| | Apoio Administrativo Nível III | 4110-05 | 55 | 55 | R\$ 4.605,76 |
| | Assistente Social | 2516-05 | 1 | 1 | R\$ 2.990,00 |
| | Copeira | 5134-25 | 1 | 1 | R\$ 1.150,00 |
| | Motorista de Serviço | 7823-10 | 5 | 5 | R\$ 1.263,00 |
| SP | Apoio Administrativo Nível I | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 1.208,36 |
| | Apoio Administrativo Nível II | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 3.067,27 |
| | Apoio Administrativo Nível III | 4110-05 | 3 | 3 | R\$ 4.605,76 |
| | Motorista de Serviço | 7823-10 | 1 | 1 | R\$ 1.800,28 |
| MG | Apoio Administrativo Nível I | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 1.537,27 |
| | Apoio Administrativo Nível II | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 3.067,27 |
| | Apoio Administrativo Nível III | 4110-05 | 3 | 3 | R\$ 4.605,76 |
| | Motorista de Serviço | 7823-10 | 1 | 1 | R\$ 1.237,82 |
| DF | Apoio Administrativo Nível I | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 1.158,87 |
| | Apoio Administrativo Nível II | 4110-05 | 2 | 2 | R\$ 3.067,27 |
| | Apoio Administrativo Nível III | 4110-05 | 3 | 3 | R\$ 4.605,76 |
| | Motorista de Serviço | 7823-10 | 1 | 1 | R\$ 1.950,00 |
| Total de postos/terceirizados | | | | 156 | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 16/04/2018 e encerramento em 15/04/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O valor global da contratação é de R\$ 12.827.315,47 (doze milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), perfazendo o valor mensal de R\$ 1.068.942,96 (um milhão, sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 403201

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 110111 - Administração da Unidade

Elemento de Despesa: 339037

PI: 18M10228ARA

Nota de empenho: 2018NE800188

Data empenho: 09/04/2018

Valor empenho: R\$ 9.620.487,00

Atividade: 13122210720000001

Fonte de recurso: 0100000000

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 18 e subitens seguintes do Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA - REPACTUAÇÃO

- 6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.
- 6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - 6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
 - 6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- 6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
 - 6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:
 - 6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - 6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

- 6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
 - 6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
 - 6.12.6. a CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - 6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - 6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ 641.365,77 (seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), na modalidade de seguro garantia, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº. 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no item 15 e subitens seguintes do Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 11 e 12 e subitens seguintes do Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 17 e subitens seguintes do Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

- 16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que

não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de abril de 2018



Representante legal da CONTRATANTE



Representante legal da CONTRATADA

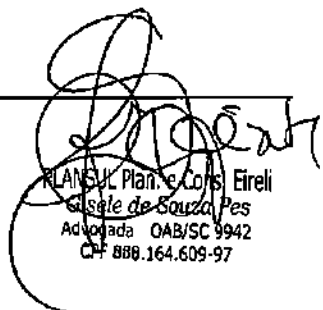
Rafael Beda Gualda

CPF nº 932.194.409-59

Testemunhas:

Nome:

CPF:



ALANSUL Plan. e Cons. Eireli
Giselle de Souza Pes
Advogada OAB/SC 9942
CPF 888.164.609-97

Nome:

CPF: ANA MARIA B. VIANNA

Controle de Contratos

CPF: 539.331.687-91

Matr. SLAPE 0222423



INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO

No Edital de Concurso Público N.º 1, de 9 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União N.º 7 de 10 de janeiro de 2018, Seção 3, na página 10:

Onde se lê:

3.7. A ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 20ª vaga, a 2ª vaga será a 40ª vaga, a 3ª vaga será a 60ª vaga e assim sucessivamente.

Leia-se:

3.7. A ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 21ª vaga, a 3ª vaga será a 41ª vaga e assim sucessivamente.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS
ESPECIAIS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 20/2018 - UASG 240106

Nº Processo: 01340008816201740. Objeto: Capacitação da servidora Ludimila Moitinho de Souza em curso de mestrado em desenvolvimento humano. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II, combinado com o inciso VI do art. 13, ambos da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inexistência de competição. Declaração de Inexigibilidade em 09/04/2018. JOSE AGNALDO PEREIRA LEITE JUNIOR, Coordenador de Recursos Humanos. Retificação em 12/04/2018. RICARDO MAGNUS OSORIO GALVAO, Diretor. Valor Global: R\$ 27.500,00. CNPJ CONTRATADA: 48.980.213/0001-53. EMPRESA DE PESQUISA TECNOLOGIA E SERV DA UNIV TAUBATE.

(SICON - 13/04/2018) 240106-00001-2018NE000001

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo, publicado no DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2018, Seção 3, pág. 11, PROCESSO: 01200.007309/2007-11, SIAFI 632901, ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo de prazo, OBJETO: O prazo de vigência do Convênio fica prorrogado da 19 de dezembro de 2017 a 19 de dezembro de 2019, DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017. ASSINAM: pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, SÁVIO TULLIO OSELEIRI RAEDER, pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, MIGUEL CORRÊA DA SILVA JÚNIOR, onde se lê: "OBJETO: O prazo de vigência do Convênio fica prorrogado da 19 de dezembro de 2017 a 19 de dezembro de 2019", leia-se: "OBJETO: O prazo de vigência do Convênio fica prorrogado da 19 de dezembro de 2017 a 19 de dezembro de 2018."

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 4/2018 - UASG 420001

Número do Contrato: 00011/2014, subrogado pela UASG: 420001 - MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ.E. FINANCEIRA.

Nº Processo: 01400001750201462. PREGÃO SISPP Nº 3/2014. Contratante: MINISTÉRIO DA CULTURA - CNPJ Contratado: 61600839000155. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA CIE E. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 011/2014, firmado em 15/04/2014, nos termos previstos em sua CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA. Fundamento Legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/04/2018 a 14/04/2019. Data de Assinatura: 13/04/2018.

(SICON - 13/04/2018) 420009-00001-2018NE000182

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018041600011

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 7/2018 - UASG 420001

Nº Processo: 01400.035953/2017.

Objeto: Prego Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para fornecimento parcelado de combustível, para atender a frota de veículos oficiais do Ministério da Cultura em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 16/04/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º Andar Ass Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/420001-05-7-2018. Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/04/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: A licitação será formada por 2 grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência. O Grupo 01 é exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e o Grupo 02 é de ampla participação. O Grupo 02 só será aberto caso não apareça empresa interessada em participar do Grupo 01 (licitação deserta).

VICTOR HUGO MARTINS DOS SANTOS
Coordenador de Licitação e Gestão de Contratos

(SICON - 13/04/2018) 420009-00001-2018NE000182

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2018 - UASG 403201

Nº Processo: 01530001485/17-80. PREGÃO SISPP Nº 1/2018. Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES FUNARTE/CNPJ Contratado: 78533312000158. Contratado: PLANISUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA/RELI. Objeto: Serviços continuados de apoio administrativo, com dedicação de mão de obra exclusiva, para o desempenho regular de atividades materiais, acessórias e complementares, nos assuntos que a constituem a área de competência legal desta Fundação Nacional de Artes - FUNARTE. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 16/04/2018 a 15/04/2019. Valor Total: R\$12.827.315,47. Fonte: 100000000 - 2018NE000183. Data de Assinatura: 13/04/2018.

(SICON - 13/04/2018) 403201-40401-2018NE00004

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2018 - UASG 343026

Nº Processo: 01450001160201878. DISPENSA Nº 7/2018. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 04558476000101. Contratado: COMUNIQUE-SE S/A. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a banco de dados. Fundamento Legal: Art. 24, Lei 8.666/93. Vigência: 11/04/2018 a 11/04/2019. Valor Total: R\$7.050,00. Fonte: 100000000 - 2018NE000167. Data de Assinatura: 11/04/2018.

(SICON - 13/04/2018) 343026-40401-2018NE000045

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 2/2018 - UASG 343026

Número do Contrato: 2/2015.

Nº Processo: 01458001608201450. PREGÃO SRP Nº 1/2015. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 09060337000111. Contratado: LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTOLTD. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato Nº 02/2015. Processo: 01458.0001608/2014-50. PREGÃO SRP Nº 01/2015, contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN/DF, CNPJ Contratado: 09.060.537/0001-11, Empresa: LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Ficando acordado entre as partes o prazo de 12 meses com início em 13 de abril de 2018 e término em 13 de abril de 2019. Fund. no Inc. II do Art. 57, da Lei 8666/93. Data de assinatura: 28/02/2018. Fundamento Legal: Fund. no Inc. II do Art. 57, da Lei 8666/93. Vigência: 13/04/2018 a 13/04/2019. Data de Assinatura: 28/02/2018.

(SICON - 13/04/2018) 343026-40401-2018NE000045

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018 - UASG 343009

Nº Processo: 01506000200201871.

PREGÃO SISPP Nº 1/2018. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 19210884000137. Contratado: MRS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - PATRIMONIAL EIRELI. Objeto: Contratação de serviços de segurança e vigilância junto a sede da Superintendência do IPHAN em São Paulo compreendendo 01 (um) posto 44 horas semanais; 01 (um) posto 12x36 diurno e 01 (um) posto 12x36 noturno. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 31/03/2018 a 30/03/2019. Valor Total: R\$272.497,00. Fonte: 100000000 - 2018NE000043. Data de Assinatura: 28/03/2018.

(SICON - 13/04/2018) 343026-40401-2018NE000045

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO
À CULTURA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na forma determinada no art. 26, § 4º, do mesmo diploma legal, faz saber a todos quanto vierem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, fica notificado A Senhora Maria Angélica Dias Ferreira - CPF: 068.360.797-90, a representante legal, para no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da publicação desta notificação, encaminhar à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) do Ministério da Cultura, sito à Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" 1º Andar - Brasília/DF, CEP: 70068-900, a resposta à diligência. Ofício nº. 3471/2015-COAPC/CGAAV/DIC/SEFIC-MINC. Prazo: 13.3212. Processo: 01400.010719/2013-31. Projeto: Summer Course 2013 - American Academy of Ballet. Caso não seja impetrado resposta, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital, o projeto será reprovado e posteriormente será inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na forma determinada no art. 26, § 4º, do mesmo diploma legal, faz saber a todos quanto vierem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, fica notificado o Senhor Marcos Freitas Bandeira de Gouveia - CPF: 018.663.227-45, a representante legal, para no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da publicação desta notificação, encaminhar à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) do Ministério da Cultura, sito à Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" 1º Andar - Brasília/DF, CEP: 70068-900, a resposta à diligência. Ofício nº. 0326/2015-COAPC/CGAAV/DIC/SEFIC-MINC. Prazo: 13-5052. Processo: 01400.016219/2013-11. Projeto: Lançamento do Livro Um dia de Verdade na Bienal do Livro no Rio de Janeiro. Caso não seja impetrado resposta, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital, o projeto será reprovado e posteriormente será inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao disposto no Art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na forma determinada no Art. 26, § 2º, do mesmo diploma legal, faz saber a todos quanto vierem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, ficam notificados os responsáveis abaixo nominados para, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação desta notificação, encaminhar à Gerência 4 da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 12º andar, Brasília/DF - CEP 70308-200, a documentação relativa à atualização e comprovação de dados cadastrais com endereço completo, sob pena de ter a prestação das contas reprovada por este Ministério (Anexo I) ou a documentação relativa ao recurso da reprovação do projeto ou rejeição, no mesmo prazo, o valor correspondente ao recurso reprovado para execução do projeto, devidamente corrigido, no Fundo Nacional de Cultura - FNC, conforme instruções a seguir: efetuar mediante o preenchimento da Guia de recolhimento da União - GRU, no site da Secretaria de Tesouro da União - STN/MP (www.stn.fazenda.gov.br), clicando em: SIAFI/GRU - Guia de Recolhimento da União/GRU Simples, emitir, seguindo o preenchimento dos campos: Unidade Favorecida: Informar a Unidade Gestora (340001) e Gestão (00001); "Número de Referência" da GRU - o número do PRONAC do projeto; Código de recolhimento 20082-4 e os dados do contribuinte/proponente (CNPJ/CPF e Nome), sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial - TCE e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Presidente Vargas, 3.131, 17º andar, sala 1704 - Ed. Teleporto - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-911
Telefone: 2122798030 - www.gov.br/funarte

**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 1.005/2018, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE
ARTES – FUNARTE E A EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA EIRELI**

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES**, com sede na Av. Presidente Vargas nº 3.131, Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 26.963.660/0002-42, neste ato representada por seu Presidente Tamoio Athayde Marcondes, nomeado através da Portaria do Ministério do Turismo nº 356, de 19 de abril de 2021 e publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2021, Seção 2, página 2, portador da Carteira de Identidade nº 1139058448, expedida pelo Ministério da Defesa e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.211.197-62, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **PLANSUL – Planejamento e Consultoria Eireli**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Rafael Beda Gualda, portador da Carteira Profissional nº 267.8326-6 expedida pela OAB/SC e CPF nº 932.194.409-59, conforme processo FUNARTE nº 01530.001485/2017-80, em conformidade com inc. II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as condições e cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é:

PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 1.005/2018, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 16/04/2022 a 16/04/2023 nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor mensal deste termo aditivo é de R\$ 1.414.808,99 (um milhão, quatrocentos e quatorze mil oitocentos e oito reais e noventa e nove centavos) perfazendo o valor anual de R\$ 16.977.707,98 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e sete mil setecentos e sete reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 403201/40402

Fonte: 100

PTRES: 190.539- Administração da Unidade

Elemento de despesa: 339037.01

PI: ADMGMUSD001

No exercício seguinte, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 5% em relação ao valor global, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Do Programa Anticorrupção:

A **CONTRATADA** declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013 bem como seus regulamentos e se comprometem a cumpri-los fielmente.

Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

A instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

O ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

O descumprimento inequívoco desta cláusula anticorrupção, em razão de processo administrativo do qual não caiba mais recurso ou processo judicial com trânsito em julgado, ensejará a rescisão unilateral deste CONTRATO, independentemente da aplicação de sanções previstas em lei.

Em caso de divergências acerca da execução dessa cláusula, as PARTES comprometem-se a resolvê-las por mediação ou arbitragem.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas, 1 delas como usuário externo.

(Assinado eletronicamente)

Representante legal da **CONTRATANTE**

Tamoio Athayde Marcondes

CPF: 103.211.197-62

(Assinado eletronicamente)

Representante legal da **CONTRATADA**

Rafael Beda Gualda

CPF: 932.194.409-59

(Assinado eletronicamente)

(Servidor Funarte)

Testemunha 1

(Assinado eletronicamente)

(Usuário Externo)

Testemunha 2